



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR		
EVENTO: Audiência Pública	Nº: 1549/05	DATA: 6/10/2005
INÍCIO: 10h00min	TÉRMINO: 12h00min	DURAÇÃO: 02h41min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 02h41min	PÁGINAS: 52	QUARTOS: 33

DEPOENTE/CONVIDADO – QUALIFICAÇÃO

ROMEU QUEIROZ – Deputado Federal.

SUMÁRIO: Tomada de depoimento.

OBSERVAÇÕES



O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Havendo número regimental, está aberta a sessão.

Solicito à Secretária que proceda à leitura da ata da reunião anterior.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Pois não, Deputado Jairo Carneiro.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Requeiro a V.Exa., por haver sido distribuída com antecedência a todos os membros, a dispensa da leitura da ata.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Os Srs. Deputados que forem favoráveis à dispensa da leitura da ata permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Expediente.

Comunico aos Srs. Deputados que o Sr. Delúbio Soares encaminhou, via *fax*, comunicação de que não comparecerá a este Conselho por entender já ter prestado esclarecimento sobre os fatos da Representação nº 4, de 2005, contra o Deputado José Dirceu.

Ordem do Dia.

A presente reunião tem por finalidade ouvir o depoimento do Deputado Romeu Queiroz, Representação nº 37, de 2005, oferecida pelo Partido Liberal.

Convido o Deputado Romeu Queiroz e convido o nobre Relator, Josias Quintal... *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Pela ordem, nobre Deputado Júlio Delgado.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Sr. Presidente, eu, quando fui designado por V.Exa. e por este Conselho para ser o Relator na representação do Deputado José Dirceu, minhas primeiras palavras, eu começo com elas: eu fui designado, tenho certeza, pelo convencimento de V.Exa. de que eu não fui indicado para salvar a pele de ninguém e muito menos para prejudicar e de que nós iríamos fazer a instrução do processo em cima dos fatos e da elucidação que fosse



apresentada, como bem tem feito o Deputado Josias na representação em que estamos aqui, com a presença do colega, companheiro e conterrâneo Romeu Queiroz, na representação do Deputado Sandro Mabel, que são os que estão em tela neste Conselho.

Sr. Presidente, conversas informais ou chamadas officiosas que tenho com companheiros deste Conselho, que tenho com companheiros da bancada, que tenho com companheiros deste Parlamento, nós temos a todo o momento. Discutimos questões que são afetas ao que tem, de certa forma, tomado 24 horas do meu dia. Eu confesso que mesmo nos horários em que estou conseguindo dormir, sob a proteção do deus do sono, Morfeu, mesmo assim, eu sou, às vezes, atormentado, ou tenho bons sonhos com relação ao processo que eu relato nesta representação.

Mas eu não poderia, de forma nenhuma, antecipar, nem fazer nenhum tipo de julgamento pela inocência de fatos de que estamos terminando a instrução. Nós mesmos aqui, com o testemunho da Deputada Ângela, que é membro do Partido dos Trabalhados, que tem visto o nosso empenho no sentido de ouvir o Sr. Marcos Valério, de ouvir o Sr. Delúbio Soares, que acabou de encaminhar uma resposta negativa, de ouvir a Sra. Renilda, de ouvir o Sr. Flávio Guimarães, quantas vezes tenho sido, de certa forma — desculpe o termo — chato com V.Exa. ao pedir, reiteradas vezes, o convite para que essas pessoas venham depor no Conselho, para que possamos concluir a instrução do processo. Muito menos em virtude de processos, documentos, depoimentos que foram requeridos nas sessões de ontem e de anteontem, e que vão ser frutos de análise nossa.

Então, se parte de um colega Parlamentar deste Conselho, ou de algum colega Parlamentar da minha bancada, ou da Câmara — que a gente tem, graças a Deus, amizade —, alguma dedução ou alguma informação que possa ser passada pela avidez da imprensa — e eu concordo que, hoje, a comunicação em tempo real requer informações, e eles estão, o tempo todo, querendo tirar de nós aquilo que não podemos antecipar, seja o nosso relatório, seja o nosso voto... Estávamos tentando, inclusive, encaminhar para finalização da instrução, e V.Exa. acabou de ler, mais uma vez, a negativa do Sr. Delúbio Soares de vir depor neste Conselho.

Eu não posso encerrar a instrução, nem antecipar um voto, nem dizer qual vai ser o nosso voto se não o conheço e não analisei os depoimentos que foram



prestados na semana passada. Os documentos que foram encaminhados, talvez, hoje... E quero aqui, nesta questão de ordem, pedir aos companheiros que cada um que tenha a sua dedução, a sua ilação ou o seu prejulgamento com relação a este ou a outros processos, possam fazer em seu nome, não em nome da Relatoria. E falo isso aqui para os companheiros da imprensa que me cobram o dia inteiro, quando saio daqui — e V.Exa. também é, e todos os companheiros são abordados pela imprensa —: *“Que informação nova o senhor tem a dar a este processo?”* Talvez, pelo fato de estarmos culminando e chegando ao momento final do período e do prazo da representação do Deputado José Dirceu, isso possa estar ocorrendo. Mas eu não posso permitir que se faça a dedução, ou a ilação, ou a afirmação que eu já tenho um convencimento, até porque eu estou na fase instrutória e nessa fase instrutória nós requeremos depoimentos e documentos que são importantes e que estão sendo encaminhados hoje ao Conselho.

Ao dizer isso tudo, eu gostaria de reafirmar a V.Exa. que, em função das falas... Nós já sabemos, é um direito do representado, o Deputado José Dirceu, ir à Justiça reclamar os seus direitos, discutir a questão da competência, e nós vamos continuar nosso trabalho até que haja uma movimentação contrária, e vamos continuar o nosso trabalho. Mas gostaria de pedir a V.Exa. que possa, com a matéria chamada dessa forma... Parece que sou eu que estou afirmando, e no teor interno da matéria diz que não fui eu que afirmei. Quer dizer, a dedução de conversas informais, oficiosas... Quantas vezes eu e o Deputado Benedito de Lira conversamos das nossas representações, informalmente, oficiosamente. E cada um pode fazer seu julgamento e o seu juízo. Agora, eu estou analisando depoimentos e estou analisando, principalmente, documentos. Ontem pedi a abertura de um prazo para que a defesa possa se manifestar em cima dos depoimentos daqueles que foram ouvidos depois das testemunhas de defesa — e quero citar aqui um arrolado pelo Conselho, o ex-Deputado José Genoíno, e a outra testemunha arrolada na representação, a Sra. Kátia Rabello —, que eles possam, até na próxima terça-feira, fazer por escrito, se for o juízo, alguma alegação em virtude destes depoimentos, que em nada, a princípio, confrontaram com os depoimentos das testemunhas de defesa.



E um outro fato que eu gostaria de informar a V.Exa. é que possa também comunicar aos advogados de defesa a abertura de vistas, que nós temos na instrução que estamos fazendo, da documentação que vamos analisar, o mesmo processo para que a defesa possa estar analisando e possa ter acesso, no nosso Conselho. Eu tenho a informação, aqui pela Secretaria do Conselho, de que esses documentos, requeridos anteontem e ontem, estarão disponibilizados na data de hoje na Secretaria do Conselho. E peço já à Secretaria e a V.Exa. que possam estar abrindo vistas da instrução documentária à defesa do Deputado José Dirceu, para que possamos verificar, até na próxima semana, na abertura da defesa, a possibilidade de estarmos, aí sim, concluindo a instrução e abrindo o prazo para que possamos elaborar o nosso relatório e o nosso voto.

É esta a questão de ordem que eu queria apresentar a V.Exa. e dizer a todos os companheiros que continuo com o mesmo desprendimento de conversar, de discutir o que tem tomado 24 horas do meu dia. Mas sem fazer nenhum tipo de prejulgamento e, muito menos, colocar para poder ser o ponto de salvação de quem quer que seja. O meu compromisso não é não só no relatório em tela da representação do Deputado José Dirceu, mas todos aqueles que eu tenho compromisso, como membro do Conselho de Ética aqui desta Casa, respeitando os nobres colegas Relatores dos outros processos.

Muito obrigado, Sr. Presidente. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - A solicitação...

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Pela ordem, Deputado Chico Alencar.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Em primeiro lugar, quero aplaudir aqui a pertinácia, a correção, a exaçaõ do Deputado Júlio Delgado como Relator, que cumpre a sua função de Relator: discrição, prudência, serenidade. Mas notícia precisa existir e às vezes elas fogem do nosso controle. Por outro lado, esse exemplo não é seguido pelo cidadão Delúbio Soares. Ele alegar que não vem aqui porque já depôs numa outra instância, num outro órgão, que tem um foco, inclusive diferente, embora com interfaces com o nosso aqui é extremamente prejudicial ao trabalho do Conselho de Ética e à própria defesa do Deputado José Dirceu. Isso é



inaceitável. O dever do cidadão é colaborar com o Conselho de Ética. Ele mostra que tem deficiências na percepção do que é cidadania ao se recusar a vir aqui, como outros que parece que também não vêm. Isso é muito ruim e pesa contra ele enquanto cidadão. Eu queria deixar este registro aqui, este protesto contra esta falta de colaboração para os trabalhos do Conselho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Deputado Edmar Moreira.

O SR. DEPUTADO EDMAR MOREIRA - Sr. Presidente, Sr. Relator, senhores membros do Conselho. São 2 palavras, Sr. Presidente. Primeiro, o Deputado Chico Alencar com certeza adiantou, houve uma transmissão de pensamento do que eu ia dizer: é um absurdo o Sr. Delúbio Soares não atender ao convite. Eu já falei, Deputado Nelson Trad, nós temos de tomar uma providência, ou nós ficamos aqui fazendo papel de palhaços.

Ele é a principal figura. Se nós estivéssemos em um país certo, ele estaria preso. Estaria preso. E simplesmente ele não vem: "*Fui pescar não sei aonde*". É um absurdo. Ou nós modificamos o Regimento, Chico Alencar, ou não vai, ou não toca, porque, até prova em contrário, Sr. Presidente, ele é o nascedouro, ele é a fonte, ele é o responsável por tudo isso que está acontecendo. Então, ele não vem, simplesmente não vem. Escreve aí, parece que em duas ou 3 linhas: "*Não, não vou*". E o que estamos fazendo aqui?

Nós temos de tomar uma providência, Sr. Presidente. Ainda que não façamos nada, vamos mudar este Regimento do Conselho de Ética, senão não dá para funcionar, Deputado Júlio Delgado.

E acerca das palavras do Deputado Júlio Delgado, Júlio, quero lhe dizer o seguinte: quando você foi incumbido da árdua missão de relatar o processo do Deputado José Dirceu... O Armando Marques dizia o seguinte, quando ele era árbitro de futebol: "*A minha dificuldade é absolutamente proporcional em campo: aquele que estou expulsando, eu vou expulsar*". Então, com certeza, esses prejulgamentos, isso que a imprensa coloca na sua boca, ou de ouvir dizer, isso vai continuar. Isso vai continuar. Porque, com certeza também, sem fazer nenhum tipo de diferenciação, esse processo que você está relatando ele é um processo diferente dos demais, não no mérito, nas causas. Relativamente à pessoa, é um processo que realmente desperta maior interesse, principalmente da mídia. A mídia,



esta semana, está um pouquinho baixa. Eles têm que achar uma manchete, senão não vendem. Então, isso são ossos do ofício. É o que ocorre. Tem de ter uma manchetezinha aí, sei lá. Então, mas eu quero, Júlio, dizer — já tive a oportunidade de dizer — particularmente da ponderação, da lisura e da competência com que você está se havendo frente à Relatoria.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Deputado Nelson Trad.

O SR. DEPUTADO NELSON TRAD - Sr. Presidente, o Deputado Chico Alencar já deu a exata posição que todos nós, por unanimidade, talvez, estamos expressando, com o estribilho agora da intervenção do nobre Deputado Edmar. E eu, antes da audiência, da oitiva ou da ilustre observação dos 2 Deputados, eu estava comentando com o Deputado Jairo. Na realidade, o Conselho, quando minutou o seu Regimento, ele não teve, talvez, a inspiração de admitir situações como nós estamos atravessando. Talvez não, porque mais, ou com o mesmo poder que têm as Comissões de Inquérito, nós mais, porque aqui nós também, embora não decidamos e nem julgamos, temos um papel importantíssimo para que a soberania judicante da Casa, que é o Plenário, o faça através do afastamento ou da sentença absolutória daqueles que desgraçadamente por aqui passam.

Então, vamos aproveitar esta excelente assessoria que nós temos aqui na Casa jurídica e já minutar, para que nós tenhamos o poder coercitivo de intimar as testemunhas e não convidar com essa maneira afável e educada que o Conselho tem demonstrado, principalmente no aspecto da educação doméstica, porque, às vezes, inclusive com essa posição desse Sr. Delúbio, a gente gostaria de vê-lo aqui com duas belíssimas — como é que se chama? — pulseiras. *(Risos.)* Pulseiras. Não foi de propósito assim esse lapso, mas duas belíssimas pulseiras no braço para se sentar aqui, pelo menos admitindo-se que ele, como cidadão probo, tenha a responsabilidade de vir auxiliar a nossa Justiça.

É isso aí. Eu pediria até.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Srs. Deputados, gostaria de fazer alguns esclarecimentos. O Deputado Júlio Delgado tem toda a razão. Os nobres Deputados na realidade falaram exatamente o que esta Presidência gostaria de falar. E eu quero dizer a todos que, quando nós assumimos o Conselho de Ética, a primeira coisa que pensamos em fazer foi mudar o Regimento. E nós íamos formar



uma comissão para estudar a reforma do nosso Regimento. Acontece que o Conselho de Ética, em toda a sua existência, teve 3 processos e agora, em 5 meses, nós vamos ultrapassar a barreira dos 20 processos. Então, não temos tempo agora de ficarmos estudando a reforma do nosso Regimento. Mas terminando toda essa movimentação, esses processos todos, acho que em seguida vamos tentar reformular o nosso Regimento.

Srs. Deputados, a presente reunião tem por finalidade ouvir o depoimento do nobre Deputado Romeu Queiroz, sob a Representação nº 37, de 2005, oferecida pelo Partido Liberal. O depoente usará a palavra para suas considerações iniciais e, posteriormente, será dada a palavra ao Relator e aos advogados, se quiserem fazer alguma pergunta ou usarem da palavra também, poderão fazê-lo. Em seguida, os nobres Deputados titulares e posteriormente os suplentes inscritos para fazer as perguntas ao nobre Deputado Romeu Queiroz.

Inicialmente ouviremos o Deputado Romeu Queiroz.

O SR. DEPUTADO ROMEU QUEIROZ - Sr. Presidente, Deputado Ricardo Izar, Sr. Relator, Deputado Josias Quintal, Sra. Deputada, Srs. Deputados presentes aqui, eu gostaria de inicialmente prestar alguns esclarecimentos, mas sem entrar tanto no mérito do processo que nós temos de discutir no dia de hoje, exatamente para que a gente, num momento pouco à frente, possa debater, possa discutir, possa prestar todos os esclarecimentos a todos os presentes aqui. Em especial porque, quando fizemos o nosso depoimento à Corregedoria da Casa — e lá também entregamos um relatório de esclarecimentos —, nós já fizemos questão de fazer o encaminhamento desse documento aos membros deste Conselho. Tive a oportunidade de conversar pessoalmente com alguns, não com todos, mas creio que os esclarecimentos chegaram a cada um. Primeiro, Sr. Presidente, nós estamos aqui neste Conselho, nesta data de hoje e já há tanto tempo, há quase 60 dias, por uma questão política existente. O ex-Presidente do meu partido, do PTB, fez algumas representações contra pessoas do Partido Liberal, mais precisamente o Sr. Presidente, Valdemar Costa Neto, e o Líder, Deputado Sandro Mabel. Com isso, irado, o Presidente o PL também revidou, fazendo representações contra outros 6 Deputados do PTB. Cinco já passaram aqui pelo Conselho, prestaram os esclarecimentos, foram inocentados. Mostra que realmente o encaminhamento foi



mais um revide àquela posição tomada pelo ex-Presidente do meu partido, ex-Deputado Roberto Jefferson. Mas quando a representação deu entrada nesta Casa, de imediato, a pressão da imprensa, a pressão da opinião pública fez com que a Mesa fizesse o recebimento e o encaminhamento desta representação ao Conselho de Ética, às vezes sem uma avaliação ou sem um exame melhor, porque, na realidade, a representação feita pelo Partido Liberal, apresentada no dia 3/8/2005, ela não tinha qualquer prova concreta, mas citava que a representação estaria sendo feita em função de notícias veiculadas através da imprensa, da UOL, *Folha Online*, e realmente sem qualquer prova. O Regimento da Casa é claro. Ele exige que a representação chegue acompanhada de provas. No entanto, eu tinha a convicção também que no futuro chegaria outra representação, uma vez que os pontos apontados na representação do PL estavam também levantados na CPI dos Correios. Fui convocado a prestar esclarecimentos à CPI dos Correios, o que fiz de imediato. Atendi à solicitação do Sr. Presidente e do Sr. Relator daquela CPMI, prestando todos os esclarecimentos possíveis. Fiz aqui no Conselho também, para que a coisa pudesse ter uma celeridade e que a gente pudesse até ser julgado pelo Conselho, por este competente Conselho de Ética e Decoro Parlamentar. E assim me apressei, procurando a Presidência do Conselho, para ser notificado. A representação foi recebida pelo Conselho em 9/8/2005. Imediatamente instaurado o processo e designado o Relator, o Deputado Josias Quintal, em 10/8/2005. No mesmo dia foi feita a notificação, e eu me apresentei no dia 11 para ser notificado, para assinar o documento da notificação. E logo no dia 12 fiz a minha defesa alegando falta de provas. Uma defesa que eu não tive a menor condição, naquele momento, de fazê-la observando o mérito, porque na representação não constava qualquer prova contra a minha pessoa. E eu não tinha conseguido ainda, junto à CPMI dos Correios, também qualquer documento. Foi uma defesa jurídica apresentada por nós. E essa defesa, ela teve sua valia. Ela chamou a atenção do Conselho, e observei, porque, a partir do momento em que meu nome veio para o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, a minha distração não é cinema, mas é ver as reuniões do Conselho, acompanhar e tentar ajudar para que este Conselho seja esclarecido de tudo o que ocorreu. E assim vi por diversas vezes o Relator, Deputado Josias Quintal, fazer questões de ordem dizendo da falta de provas,



questionando se essas provas deveriam ser construídas aqui no Conselho ou se seria lá, na Corregedoria, ou se elas já deveriam ter vindo, ou vindas junto com a própria representação. Mas o importante é que, em todo momento, eu me coloquei à disposição do Sr. Presidente e do Sr. Relator para prestar todos esses esclarecimentos. Levei ao Sr. Relator, na sua sala, entregando a ele a documentação que eu havia entregado lá na CPMI dos Correios. Posteriormente levei outros documentos, inclusive as justificações feitas também na Corregedoria, em função de matéria divulgada pela imprensa. Porque quando você passa a ser investigado pela Casa, aparecem também outras fiscalizações. Levei ao Sr. Relator as minhas declarações do Imposto de Renda 2003, 2004 — 100% regulares —, para mostrar que eu queria, na realidade, é prestar toda a informação, dar toda a contribuição para que esse processo caminhasse e chegasse ao seu final. Finalmente, nós conseguimos andar um pouco. Porque eu percebia que o Sr. Relator aguardava a decisão da sua questão de ordem, mas percebia também a sua aflição, porque, na realidade, ele tem prazo, prazo baseado na representação apresentada à Mesa Diretora e a este Conselho — é de 90 dias —, e vi nele a preocupação. Eu mesmo estou ajudando na construção das provas. Tudo que tem a respeito do assunto relativo à minha pessoa eu fiz questão de passar às mãos do Sr. Presidente, do Sr. Relator, de membros do Conselho, para que esse processo pudesse ser examinado. Evidente, Sr. Presidente, que nós temos ainda algumas pendências, porque a CPMI dos Correios junto com a CPMI do Mensalão encaminharam também um relatório à Mesa Diretora desta Casa, relatório esse que se encontra na Corregedoria também sendo avaliado e que, segundo informações da imprensa, na terça-feira esse relatório será examinado pela Mesa Diretora e terá uma definição. O encaminhamento dos processos certamente será também a este Conselho, mas as notícias da imprensa dizem que os 3 processos já em andamento aqui neste Conselho, eles não serão encaminhados, porque daria a nós mais prazo para a solução do problema. A mim não afeta em nada. Na realidade eu quero é que o processo ande e que ande rápido. Eu já fui execrado pela imprensa. Eu já fui castigado. Eu já paguei um preço muito alto, um preço que é diferente do preço de um crime às vezes cometido. Aqui nós temos muitos advogados. Quando se comete um crime comum, você toma 10 anos de cadeia, 20 anos, e isso prescreve. Aqui



não. Nós, políticos, pagamos para o resto da vida. E pagamos junto com as nossas famílias, com os amigos. E é por isso, então, que eu acho que esse processo tem que ter um andamento rápido. É por isso que procurei correr, do primeiro dia até o dia de hoje, prestando toda informação, colaborando para que a gente pudesse ser julgado logo.

Coloco-me, Sr. Presidente, à disposição para trazer informações, para trazer o que for necessário, para que o Conselho esteja apto e à vontade para tomar a decisão que for importante. Veja, Sr. Presidente, o preço que nós pagamos por isso. Eu estou nos jornais há 90 dias, sempre um retratinho, com uma frase maldosa. Ontem, por exemplo, vieram testemunhas aqui depor. O próprio *Jornal da Câmara*, hoje, diz que o servidor botou dinheiro na conta do chefe. O *Jornal da Câmara* dá uma notícia dessa. Imagine também os outros jornais que sempre noticiam de uma forma exagerada. Este Conselho, ele não tem a responsabilidade de cassar Deputados. Ele tem a responsabilidade de examinar processos administrativos de disciplina — é o decoro parlamentar. E ele pode mandar arquivar, sugerir o arquivamento, a inadmissibilidade, penas mais leves como advertência verbal e escrita, suspensão de mandato e até a cassação de mandatos, que é o extremo. Uma coisa de alta responsabilidade. Deputado que aqui chega, às vezes com 100 mil votos, de repente é cassado. O direito de defesa é dado. Aqui, Sr. Presidente, eu não posso, de maneira nenhuma, reclamar. Fiz a minha defesa em todas as instâncias, defendendo nas CPMLs, na Corregedoria, na Polícia Federal, no Conselho de Ética, na Receita Federal, enfim, em todas as instâncias, e estou pronto a continuar. Mas encerradas essas preliminares, Sr. Presidente, eu quero me colocar à disposição deste Conselho, de todos os colegas, companheiros Parlamentares, para esclarecer tudo que for possível a respeito desse assunto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Obrigado, Deputado.

Então, com a palavra o nobre Relator, Deputado Josias Quintal.

O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL - Sr. Presidente, Exmo. Sr. Presidente, Exmo. Deputado Romeu Queiroz, doutores Aníbal Craveiro, Leonardo Craveiro, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, estivéssemos talvez num Tribunal da Justiça, não coubesse a mim as observações que farei agora de forma preliminar. Mas como



estamos numa Casa política, no Conselho de Ética e Decoro de uma Casa política, eu acho oportuno, preliminarmente, colocar algumas questões.

Primeiro, dizer para os Srs. Deputados, Sras. Deputadas, para o Sr. Presidente, para o nosso Deputado Romeu Queiroz, que eu tenho recebido, ao longo desses dias, inúmeras manifestações de apreço por V.Exa., manifestações que vêm de companheiros da Casa. O senhor, de fato, é um Parlamentar estimado aqui na Casa. Muitos colegas seus têm trazido a mim as suas preocupações com relação ao processo, ao momento que passa V.Exa. Tenho recebido de pessoas que lhe confiaram o voto também manifestações nesse sentido. Muitas manifestações por escrito. Então, que fique muito claro isso.

Que fique claro também que eu corroboro tudo ou quase tudo que V.Exa. tenha colocado aqui também na sua manifestação preliminar. Tenho a melhor impressão sobre V.Exa. Mas por outro lado, Sr. Presidente, Srs. Deputados, devo dizer que a vida às vezes nos coloca em situações inusitadas. Eu ganhei um mandato para legislar, para representar os interesses das populações, das comunidades que me apoiaram, mas quis o destino que eu viesse cair aqui neste Conselho, que é fundamental para o funcionamento da instituição.

Não imaginava, evidentemente, que, durante a nossa Legislatura, viéssemos a nos deparar com tantos casos. Então, não é agradável para nós, não é agradável especialmente para mim estar nessa posição de ter que julgar, de ter que produzir, promover uma instrução probatória acerca de um caso colocado para o Conselho.

Desde o primeiro momento da nossa atuação no Conselho, por entender que o Código de Ética requer, carece de uma atualização, de uma reformulação, eu me manifestei nesse sentido, fazendo uma questão de ordem por escrito, submetendo à Casa, à Presidência, ao Conselho aquilo que eu achava que deveria ser modificado.

Eu mostrei a minha irresignação com relação a uma exigência que se faz ao cidadão comum quando representa contra o Parlamentar. Ao cidadão comum é exigido apresentação de provas, e o mesmo não ocorre quando essa representação, essa iniciativa parte de um partido político, de uma agremiação política. E nós sabemos que o processo político, por força das divergências partidárias, das divergências ideológicas, muitas vezes as pessoas, até mesmo dirigentes, e isso é



fato comprovado, eles se utilizam dessa possibilidade e praticam atos que na verdade são menores.

Então, o caso de V.Exa., de início, de pronto, nos dava a impressão de que pudesse ser o exemplo de tudo isso que estou falando e, portanto, irresignado com aquela situação eu me manifestei. O caso foi analisado, os consultores foram acionados, e a partir daquela consulta, daquela questão de ordem, produziu-se um parecer técnico devidamente circunstanciado e que resultou no não-acolhimento da minha questão de ordem. Então, a partir daquele momento não me restava outra alternativa senão cumprir aquilo que é deliberado, aquilo que é decidido nesta Casa. Isso é também meu dever.

Com relação a V.Exa., excelente chefe de família — também tenho essas informações —, e a todas as outras manifestações, eu devo dizer que as considero, mas no momento em que me caberá a análise do fato, a promoção da devida instrução probatória, eu vou procurar agir absolutamente dentro de um espírito de justiça. Não me tocará o coração quaisquer manifestações de apreço, de constrangimento das pessoas, dos amigos, como também não me tocará a mente qualquer possibilidade de imposições ou de restrições ou de reclamações de outras posições que possam contrariar nossa conduta.

Então, tenham certeza V.Exa., vossos advogados, a Presidência, meus companheiros, que nós vamos trabalhar exatamente dentro do processo, dentro daquilo que consta da representação, dentro daquilo que consta de outros documentos que se juntam ao processo, fazem o nosso mundo dentro do processo. E vamos, ao final, produzir um relatório. Um relatório que será fruto do meu juízo, mas que também será fruto da observação, da reação, das atitudes de cada membro do Conselho que vão, certamente, sinalizar suas posições e seus entendimentos acerca do caso. Ao final de tudo isso, eu terei consumado o meu juízo de valor e vou emitir o devido relatório.

Mas feitas então essas considerações, Sr. Presidente, Srs. Deputados, vamos começar, então, de forma já objetiva, as nossas perguntas ao Deputado Romeu Queiroz.

Então, Deputado Romeu Queiroz, o Sr. Marcos Valério, em depoimento na Polícia Federal, afirmou que V.Exa. recebeu, por meio de seus assessores, Charles



dos Santos Nobre e José Hertz Cardoso, a quantia de 350 mil reais, provenientes das contas da SMP&B e também de uma outra importância oriunda da USIMINAS em torno de 102 mil reais. V.Exa. confirma essas informações?

O SR. DEPUTADO ROMEU QUEIROZ - Confirmando. Realmente o Sr. Charles recebeu, sacou 50 mil reais e o Sr. José Hertz, 300 mil reais, quantias essas doadas pelo Partido dos Trabalhadores ao Partido Trabalhista Brasileiro. Esses recursos foram recebidos e levados ao Diretório Nacional do Partido. Com relação aos 102 mil reais, provenientes da USIMINAS, fomos comunicados pelo Sr. Cristiano Paz que esses recursos estariam sendo colocados à disposição das campanhas de interesse do PTB, em Minas Gerais, e realmente o Sr. Paulo Leite Nunes recebeu a importância de 102 mil, 812 reais e 76 centavos, que, na sua totalidade, foram entregues a 20 campanhas municipais.

O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL - Então, o destino desse dinheiro foi para essas campanhas municipais? O senhor pode responder positivamente ou não e de que forma isso se deu?

O SR. DEPUTADO ROMEU QUEIROZ - Para as campanhas municipais, os recursos provenientes da USIMINAS e entregues pela SMP&B, no valor de 102.812,76, entregues, através de TEDs e DOCs, a 20 Municípios. Se o senhor desejar, eu faço a leitura dos mesmos.

O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL - Sim.

O SR. DEPUTADO ROMEU QUEIROZ - Alvorada de Minas, 5 mil reais; Belo Vale, 5 mil reais; Leme do Prado, 5 mil reais; Nepomuceno, 2 mil reais; Santa Maria do Suaçuí, 7 mil reais; Estrela do Sul, 2.500 reais; Machado, 10 mil reais; Buritizeiro, 12 mil reais; Carmo do Paranaíba, 10 mil reais; Ibiá, 5 mil reais; João Pinheiro, 20 mil reais; Itinga, 800 reais; Rio Pomba, 1.200 reais; Mata Verde, 800 reais; Berilo, 600 reais; Lagamar, 5 mil reais; Três Marias, 2 mil reais; Bambuí, mil reais; Lambari, 5 mil reais; Itapeçerica, 3.200 reais. Somando a importância de 103 mil e 100 reais. Gostaria, Sr. Relator, de dizer que toda essa transferência se deu através de TEDs, DOCs, tenho o recibo original de 100% da transferência, sendo que, nos processos já distribuídos, eu encaminhei uma cópia relativa a essas transferências.

O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL - Inclusive ressaltando que das transferências feitas através desses documentos, TEDs e DOCs, os valores,



inclusive, ultrapassam em pequena parcela até aqueles valores recebidos, que certamente devem ter saído de vossa conta, correto?

O SR. DEPUTADO ROMEU QUEIROZ - Com os arredondamentos, realmente, nós fizemos uma transferência um pouquinho acima do valor destinado, mas insignificante, porque foi de 247 reais, e sendo pagas aí taxas de transferência, 12 reais por documentos, algumas foram feitas pelo próprio Banco Rural, onde tivemos de pagar 96 reais também.

O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL - V.Exa., ao explicar a destinação desses recursos, faz referências a cidades para onde foram destinados. Nesses locais de destino, quais foram as pessoas e que posições essas pessoas ocupavam dentro do quadro partidário ou que postulações tinham cada uma dessas pessoas beneficiadas?

Eu estou fazendo essa pergunta a V.Exa. mas também com a compreensão que deve ficar muito difícil V.Exa. explicar detalhadamente cada um dos casos se não tiver de posse desses documentos, que eu gostaria de tê-los depois remetidos. Mas se for possível a V.Exa. detalhar, já nesta audiência, os nomes dessas pessoas e as posições que cada uma dessas pessoas ocupam dentro do partido ou dos partidos coligados, se é que a destinação foi política — creio que sim —, então eu gostaria que V.Exa. se estendesse um pouco, detalhando essas informações.

O SR. DEPUTADO ROMEU QUEIROZ - Sr. Relator, vamos tentar, com todo esforço, prestar toda informação. E começaria com o Município de Alvorada de Minas, onde a transferência foi feita ao Sr. Antonio Simões Leite, à época candidato à Prefeito, hoje Prefeito daquele Município.

O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL - Partido?

O SR. DEPUTADO ROMEU QUEIROZ - Ele foi eleito pelo PFL, coligado com o PTB. Em Município de Belo Vale, a transferência foi para o Sr. José Fernandes Braga, ex-Prefeito daquele Município e que coordenava a parte financeira da campanha de um seu sobrinho, hoje também Prefeito daquele Município. Nepomuceno: Antonio José Lima, candidato a Vereador e os recursos foram para a própria conta dele e que, infelizmente, ele não teve sucesso na sua eleição. Estrela do Sul: Haroldo José de Oliveira. O de Nepomuceno, PTB. Estrela do Sul: o valor transferido de 2 mil e 500 reais para o Sr. Haroldo José de Almeida, Prefeito eleito,



foi eleito pelo PSDB, coligado. Município de Leme do Prado: Avaí da Rocha foi quem recebeu o crédito no valor de 5 mil reais, que é o valor do DOC, e que eu não posso informar, mas certamente um coordenador de campanha. Santa Maria de Suaçuí, que recebeu a importância de 7 mil reais, DOC feito para Cleide Maria de Souza Lopes, sendo que esse primeiro DOC foi, Cleide Maria Lopes, de 5 mil reais, pessoa também da organização da campanha. Buritizeiro: Sandra Firmino de Melo, recurso para a campanha do Sr. José Pereira da Silva, 10 mil, na conta de Sandra, que é coordenadora de campanha, e 2 mil na conta do próprio candidato. Carmo do Paranaíba: favorecido Ajax Barcelos, candidato derrotado à eleição municipal. Ibiá: Luiz Gustavo Soares Marques, pessoa que controlava as finanças da campanha. João Pinheiro: Roosevelt Porto, ex-Prefeito e coordenador da campanha PT/PTB. Itinga: Sra. Maria Dalva Nunes Soares, esposa de Mário Soares, candidato a Vereador. Rio Pomba: 1.200 reais, crédito, através da Caixa Econômica, para Agildo José dos Reis, candidato a Vereador pelo PTB. Mata Verde: crédito feito para o José Martins de Oliveira Neto no valor de 800 reais para a campanha do Prefeito daquela cidade. Lagamar: Jovelino Cândido, cliente que recebeu o crédito no valor de 5 mil reais que coordenava a campanha do Sr. Jota, candidato a Prefeito. Berilo — estou tendo alguma dificuldade para ler alguns aqui, Sr. Relator, porque o papel já está um pouco gasto, mas está aqui: Licínio dos Reis Batista, candidato a Vereador. Três Marias:...

O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL - Deputado Romeu Queiroz, se V.Exa. assim preferir, como a lista é bastante extensa, V.Exa. pode remeter, no prazo mais rápido possível, essas informações por escrito, que terão o mesmo valor para o Conselho.

O SR. DEPUTADO ROMEU QUEIROZ - Perfeito, Sr. Relator. Eu farei o encaminhamento ainda no dia de hoje.

O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL - Deputado Romeu Queiroz, na escolha dessas pessoas, qual foi o critério utilizado? Essas pessoas beneficiárias desses recursos, essas pessoas são cabos eleitorais de V.Exa.? Essa escolha se deu por iniciativa de V.Exa.? Por uma orientação de alguma instância superior do partido ou por uma decisão do diretório? Qual foi o critério para escolha dessas pessoas como beneficiárias desses recursos?



O SR. DEPUTADO ROMEU QUEIROZ - Eu quero esclarecer, Sr. Relator, que eu sou o 2º Secretário do PTB Nacional, mas, em Minas Gerais, eu sou o Presidente do partido e, na realidade, agi como um dirigente partidário e, no caso das escolhas desses 20 Municípios, foram feitas pelo próprio Presidente do partido, que sou eu. Nem todas as campanhas aqui, que são em regiões diferentes, algumas no sul de Minas, outras no Triângulo Mineiro, no nordeste do Estado, no noroeste aqui próximo de Brasília, que é o caso de João Pinheiro, lá próximo de Juiz de Fora, no Circuito das Águas, podemos ter aqui Lambari, Três Marias, aqui próximo à 040. Então, distribuídos dentro do Estado de acordo com as conveniências do partido.

O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL - Deputado, a lei eleitoral ela obriga os partidos e obriga as pessoas, os candidatos a uma prestação de contas que se dá imediatamente após a eleição, no prazo de 30 dias; no caso de segundo turno, 60 dias. V.Exa. tem conhecimento de que o Comitê Financeiro do partido tenha feito constar na prestação de contas essas informações acerca desses recursos? E, do mesmo modo, se as pessoas beneficiárias do recurso, se fizeram essa prestação de contas, como que foi finalizada essa questão, sendo certo que a lei também obriga o Comitê, uma vez recebida a informação do candidato, a fazer constar do seu relatório. Gostaria que V.Exa. me explicasse o que aconteceu a partir de então. Se houve essa prestação de contas, seja dos candidatos ou do partido ou se não houve.

O SR. DEPUTADO ROMEU QUEIROZ - Sr. Relator, Deputado Josias, na realidade nós não temos esse conhecimento. Uma vez que os repasses não deram entrada no partido a nível de Estado, apenas foram transferência direto às candidaturas, a responsabilidade da prestação de contas evidentemente que coube àqueles que foram candidatos e que tiveram ali os seus comitês de campanha.

O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL - Mas V.Exa. há de convir que se esse recurso passou de forma direta e de forma indireta por vossas mãos, sendo Presidente do Diretório Regional, caberia essa prestação de contas ao diretório. A informação ao TRE foi de um recurso que chegou ao partido e chegou ao diretório.

O SR. DEPUTADO ROMEU QUEIROZ - Esse entendimento, Sr. Relator, não é o nosso, porque na realidade foi uma doação feita às diversas campanhas



municipais. O nosso entendimento é de que cada comitê de cada Município desse teria de fazer, realmente, a sua prestação de contas.

O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL - Eu coloco essa questão, Deputado Romeu Queiroz, porque uma vez sendo verificado que não houve prestação de contas da entrada desses recursos, da distribuição desses recursos, não tendo havido pelo partido, seja a nível nacional, seja a nível regional, não tendo sido feito pelos beneficiários do recurso, nós teremos uma situação também caracterizada aí de um caixa dois, ou seja, de um recurso não contabilizado e aplicado em campanha, o que fere a legislação. Daí as minhas indagações que V.Exa. acaba de responder. Mas...

O SR. DEPUTADO ROMEU QUEIROZ - Talvez...

O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL - Pois não, Deputado.

O SR. DEPUTADO ROMEU QUEIROZ - Eu aguardo o senhor terminar.

O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL - Não, está terminado. É apenas uma consideração. V.Exa. não precisa responder, porque isso ficará por conta até da nossa comprovação. Mas se quiser responder essa questão...

O SR. DEPUTADO ROMEU QUEIROZ - Talvez, Sr. Deputado, cada campanha dessa pode ter feito alguma prestação de conta. Eu não tive o cuidado de fazer essa pesquisa tomando o conhecimento, até porque também, pela própria lei eleitoral, alguns valores são dispensáveis de prestação de conta.

O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL - Está bem, eu compreendo. Eu entendi e sei até que é possível que essa prática ocorra, essa prática possa ser até uma quase constante aqui no País, mas como estamos apurando, como há um processo instalado, cabe-nos os esclarecimentos e a decisão.

Como V.Exa. chegou ao Marcos Valério? Quando se deu o primeiro contado de V.Exa. com Marcos Valério? Essa relação vem de muito tempo? Essa relação existe? Ou se V.Exa. teve apenas algum contato eventual com o Marcos Valério?

O SR. DEPUTADO ROMEU QUEIROZ - Eu citei inicialmente que o contato feito foi com o Sr. Cristiano Paz, Cristiano de Melo Paz, Presidente da SMP&B, empresário. Uma empresa, à época, conceituada em Minas Gerais e até no Brasil. E foi através do Sr. Cristiano Paz, que nos comunicou essa decisão de doação desses 102 mil reais. Conheço o Sr. Marcos Valério, é mineiro. Tenho relação com ele não



muito próxima, mas o conheço, e me encontrava muito com ele nos aeroportos de Brasília, de Belo Horizonte.

O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL - No final do ano de 2003, quando faleceu o Deputado Martinez, Presidente do Partido, então o Presidente em exercício, Roberto Jefferson, solicitou a V.Exa. que captasse recursos para os partidos, e o senhor procurou o Dr. Carlos Cota, que era o Diretor do DNIT, membro do diretório estadual do PTB de Minas. E o Dr. Carlos Cota providenciou um encontro com o Ministro Anderson Adauto. Aliás, o ex-Ministro Anderson Adauto tem ocupado as páginas da mídia inclusive por envolvimento em outras questões relacionadas a essa locação de recursos, como se pode ver nos jornais de hoje — mas isso é motivo de investigação em outras instâncias.

Bem, então foi providenciado o encontro do Ministro Anderson Adauto, que, por sua vez, levou o pleito do tesoureiro, Sr. Delúbio Soares. Pergunto: qual a sua relação com Carlos Cota, Diretor do DNIT? Por que procurar o Carlos Cota, Diretor do DNIT, para a busca desses recursos?

O SR. DEPUTADO ROMEU QUEIROZ - Na realidade, o Dr. Carlos Cota é um amigo antigo. Foi Deputado aqui nesta Casa por 6 mandatos, foi Secretário do Governo do ex-Governadores de Minas, Tancredo Neves, Hélio Garcia. Uma pessoa que tinha uma relação política e pessoal conosco grande. Apesar da distância da idade — ele é um pouco mais velho —, mas um grande amigo. Uma pessoa que serviu por muito tempo, além dos seus mandatos parlamentares, a governos. E ultimamente, aliás, neste Governo, foi nomeado Diretor de Administração e Finanças do DNIT. Filiado ao PTB, membro do diretório estadual, diretório nacional, e quando o Sr. Roberto Jefferson, ex-Presidente do PTB, nos solicitou que o ajudássemos, até na condição de 2º Secretário do partido, que o ajudasse na captação de algum recurso para o partido, ele próprio sugeriu que a gente tivesse esse entendimento com o Dr. Carlos Cota. E eu o fiz. Mas ele se sentiu sem condições de ajudar ao partido. Ele achava melhor que a gente falasse com o ex-Ministro Anderson Adauto. E assim o fizemos. Fomos ao Ministro — eu tinha boas relações com ele, uma vez que fomos Deputados em Minas Gerais por 3 mandatos juntos, onde eu fui Presidente daquela Casa por duas vezes, e ele foi o um meu sucessor. Então, eu tinha uma boa relação com ele, e tivemos uma conversa. É evidente que — sempre



observando que o partido dele não era o meu, ele pertence aos quadros do PL, e eu ao do PTB —, mas ele, como partido aliado, viu condições de ajudar o meu partido. E ele me solicitou que lhe desse um prazo de 2 ou 3 dias que ele me daria uma resposta. Passados 2 ou 3 dias, ele me comunicou que os recursos seriam doados pelo PT, através da SMP&B, ao PTB nacional. Mas eu já me encontrava com uma programação de férias no sul da Bahia, para onde viajei no dia 30 de dezembro de 2003 e permaneci até por volta do dia 12. E nesse período é que seriam liberados esses recursos. Então, saí do circuito, deixando o Sr. Emerson Palmieri encarregado de entendimentos com o coordenador do partido em Minas Gerais para que buscasse os recursos e entregasse ao diretório nacional.

O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL - Deputado Romeu Queiroz, chegou a haver um encontro entre o então Ministro Anderson Adauto, o Dr. Carlos Cota e o senhor e algum representante do partido para discutir essa questão do Partido dos Trabalhadores?

O SR. DEPUTADO ROMEU QUEIROZ - Não.

O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL - Com a vossa participação ou que V.Exa. tenha tomado conhecimento que tenha havido esse encontro, para essa finalidade, mesmo sem a participação de V.Exa.?

O SR. DEPUTADO ROMEU QUEIROZ - Não. Na realidade, nós tivemos uma reunião — Dr. Carlos Cota, eu e o Ministro Anderson Adauto, Ministro à época —, e o Ministro fez os entendimentos com o partido.

O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL - Então, houve a reunião do Carlos Cota com o Ministro?

O SR. DEPUTADO ROMEU QUEIROZ - Na minha presença.

O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL - Está bom. Com relação ao Presidente da USIMINAS, Sr. Reinaldo Campos Soares, como se deu o processo de captação de recursos, do contato, da conversa, do pleito? Enfim, como ocorreu esse encontro? Essa relação começa como?

O SR. DEPUTADO ROMEU QUEIROZ - A USIMINAS, o sistema USIMINAS, é um grupo muito importante em Minas Gerais e até no Brasil. É uma das maiores empresas. O Dr. Reinaldo Campos é uma pessoa muito amena, que tem relação com a classe política, com os empresários do nosso Estado, mas, nesse caso



específico, eu não fiz nenhum contato com ele ou com qualquer outra pessoa. Eu fui chamado pelo Sr. Cristiano de Melo Paz, Presidente da SMP&B, que me comunicava que a USIMINAS estava colocando à disposição das campanhas de interesse do meu partido 150 mil reais. Seria bom esclarecer: 150 mil reais que, na realidade, na hora do recebimento, transformaram-se em 102.812,76, tendo em vista os descontos havidos.

O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL - Tem havido uma certa controvérsia — e isso tem sido constatado através, inclusive, de documentos divulgados pela mídia — acerca dos valores exatos que o Sr. Palmieri tinha recebido lá no partido. Há um depoimento em que ele relata ter recebido 200 mil reais daquela entrega feita pelo Sr. Hertz.

O SR. DEPUTADO ROMEU QUEIROZ - Sr. José Hertz.

O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL - Sr. José Hertz, que, por sua vez, o Sr. José Hertz alega que quando fez os saques — aliás, ele não fez saques —, nos depoimentos tanto do Sr. Paulo como do Sr. José Hertz, eles fizeram uma operação estranha. Quer dizer, eles foram aos bancos, foram a 2 bancos, primeiramente ao Banco do Brasil, numa operação lá atrás, e posteriormente ao Banco Rural, e não se utilizaram do expediente usual, formal, legal, de apresentar seja lá um cheque ou de terem uma ordem de pagamento. Enfim, eles se encontraram com funcionária da SMP&B, que os encaminhou a determinada pessoa dentro do banco e, no banco, de uma maneira muito informal, receberam envelopes contendo importância que o Sr. José Hertz alega não conhecer o valor daquele numerário. Ele não abriu os envelopes. Ele apenas fez a entrega. E depois, por outras informações, ele veio saber que se tratava daquele valor de 300 mil reais. Mas, no depoimento na CPML da Compra de Votos, o Sr. Palmieri alega que recebeu 200 mil reais. O senhor pode esclarecer um pouco mais essa questão? Afinal de contas, eram 300 mil reais que havia ali? Eram 300 mil reais que foram pactuados quando dos contatos? Quem pactuou isso aí? Quem abriu esse dinheiro? Quem conferiu? Qual é a verdade acerca dessa questão sobre a qual paira uma certa desinformação?

O SR. DEPUTADO ROMEU QUEIROZ - Sr. Relator, há poucos minutos atrás eu esclarecia a respeito desses contatos e gostaria de tentar esclarecer, às vezes, com um pouco mais de detalhe. Quando tivermos essa reunião com o Sr. Ministro —



e logo a seguir veio a resposta de que seria feita uma doação —, o Ministro me comunicava que o valor seria de 300 mil reais, mas a partir daí eu saí do processo.

O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL - Um aparte, por favor. Quem comunicava o senhor? O Ministro?

O SR. DEPUTADO ROMEU QUEIROZ - O Ministro.

O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL - O Ministro Anderson Aduato.

O SR. DEPUTADO ROMEU QUEIROZ - É. Que o Sr. Delúbio, do PT, colocaria à disposição do PTB 30 mil reais. Mas eu saí do processo nesse momento, uma vez que eu estava com viagem de férias programada com a minha família e fui, como eu disse momentos atrás, para o sul da Bahia, mais precisamente, num primeiro momento, em Alcobaça, onde passei o *reveillon* na residência do Sr. Júlio Laender, ex-Prefeito de Belo Horizonte. No dia seguinte pela manhã, dia 1º de janeiro de 2004, fui à posse do Sr. Edmar Contão do Rosário, Prefeito daquela cidade. Então, era Vice e ali tomava posse o Prefeito. Fiquei até dia 4 em Alcobaça, seguindo para Porto Seguro, Ajuda, no próprio dia 4, de carro, onde me instalei até o dia 12. Tenho inclusive documentos da pousada declarando a minha permanência lá junto com a minha família. Então, eu não tive a oportunidade de receber o dinheiro, de transportar e sequer de entregar ao Diretório Nacional do partido. Isso realmente foi conduzido pelo Sr. Emerson Palmieri e pelo Sr. José Hertz, que é o coordenador do partido em Minas Gerais. O senhor dizia também um pouco da maneira de fazer as operações, eu tenho aqui em mão um documento que eu poderia passar, que é relativo ao saque feito pelo Sr. Paulo Leite Nunes. E esse documento é um *fax* feito pela SMP&B, da Sra. Geisa Dias, para o gerente do banco, que diz o seguinte: *“Marquinhos, boa-tarde. Estaremos encaminhando amanhã pela manhã, um cheque no valor de 102 mil 812 reais e 76 centavos para saque. A retirada da verba será efetuada pelo Sr. Paulo Leite Nunes, que irá te procurar e se identificará. Antecipadamente, agradeço por sua atenção. Um grande abraço. Geisa.”* Eu tirei algumas cópias, passo uma ao ilustre Relator e pediria à assessoria que, se for do desejo, entregar aos Srs. Deputados. Então, a maneira que utilizavam para fazer os saques certamente é essa. E eu observei isso muito no depoimento do Sr. Marcos Valério, quando ele depôs à Polícia Federal e também na CPI, ele dizendo que normalmente ele fazia um cheque nominal à própria empresa, endossava, esse



cheque automaticamente era transformado num cheque ao portador, que as pessoas recebiam sem ter de estar se identificando. Que não era o caso nosso, porque, quando as pessoas foram lá para receber, elas pelo menos apresentaram uma carteira de identidade, justificando quem eram esses sacadores.

O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL - Sr. Presidente, eu vou encerrar. Eu creio que as perguntas que fiz atendem àquilo que eu precisava para o processo. Mas quero colocar uma última questão, antes de passar para os colegas co-responsáveis por esse processo. Uma pergunta para avaliação de V.Exa. Quando o Sr. Carlos Cota, ainda que membro de um partido, Diretor do DNIT, um órgão que movimenta recursos, quando o então Ministro Anderson Adauto, um Ministro, se envolvem — se envolvem — numa questão relacionada à captação de recursos, o que pode ser caracterizado — pode ser caracterizado — à vista do Código Penal como um tráfico de influência ou, de um outro modo, dentro da subjetividade de uma avaliação ética, como uma conduta aética, gostaria que V.Exa. fizesse a sua observação, uma vez que foi parte desse processo, parte desse episódio, e se estabeleceu também nessa relação, ainda que na condição de um Parlamentar, de um presidente de partido. Quer dizer, a postura do Ministro, do então Ministro Anderson Adauto, responsável pela liberação de muitos recursos, e de um diretor, de um subordinado seu, diretor de um órgão repassador de recurso, o DNIT. Eles participam de um processo de destinação de recurso, alocação de recursos partidários. Isso é, na sua avaliação, pelo menos uma postura não ética? Está encerrado, da minha parte.

O SR. DEPUTADO ROMEU QUEIROZ - Na realidade, o Dr. Carlos Cota não usou do seu cargo, do seu prestígio nem buscou recursos junto a empresários. Nós tivemos uma reunião, juntamente com o Sr. Ministro, e quem fez a transferência dos recursos para o Diretório Nacional do PTB foi o Partido Trabalhista, o Partido dos Trabalhadores. Eu tenho aqui uma listagem tirada da CPMI dos Correios, em que no seu título vem: *“Relação de pessoas indicadas pelo PT que receberam recursos emprestados ao PT.”* Está certo? Então, aqui veio o nome do Sr. Charles e do Sr. José Hertz como sacadores de recursos lá, mas com uma observação... Esse documento está na CPMI dos Correios, e com uma observação de que é doação do Partido dos Trabalhadores. Portanto, a doação de um partido ajudando a um seu



partido, não vamos dizer coligado, mas um partido pertencente à mesma base. Esse documento, ele já me parece que consta dos processos anteriores, mas eu o passo às mãos do Sr. Presidente e do Sr. Relator, se for do interesse que fique aqui.

O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL - Somente como observação final de que, embora o recurso tenha vindo via partido, mas diante de tudo que se apurou, diante de tudo que está colocado aí para a opinião pública, o Sr. Delúbio Soares, ele não era certamente o elo final de todo um processo, de todo um sistema espúrio. Ele era, certamente, um elo do meio de uma corrente responsável por tudo isso que escandalizou o Brasil. Somente essa observação.

O SR. DEPUTADO ROMEU QUEIROZ - Sr. Relator, eu gostaria de complementar a informação. Serei bastante breve. Na realidade, na época dessa operação o Partido dos Trabalhadores era tido como um partido sério, era divulgado pela imprensa como um partido que tinha grandes quantias de recursos, portanto, nós não tínhamos qualquer preocupação, pensando que a origem desses recursos fosse boas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Eu pergunto aos advogados Aníbal Craveiro e Leonardo Craveiro se desejam fazer alguma pergunta ou usar da palavra. (*Pausa.*) Não.

Então, com a palavra a nobre Deputada Angela Guadagnin.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr. Deputado Romeu Queiroz, eu agradeço ao senhor por ter enviado ao meu gabinete cópia da sua defesa junto à Corregedoria. Mas alguns dos informes e observações feitas na defesa eu acho importante — independentemente de termos esse documento — fazermos para ficar publicamente constado No seu depoimento essas informações. Já foi perguntado pelo Relator, mas eu queria que o senhor esclarecesse melhor como que conseguiu esses recursos da USIMINAS. O senhor não teve participação nenhuma nesses recursos?

O SR. DEPUTADO ROMEU QUEIROZ - Tive, sim. Eu sou Presidente do PTB de Minas Gerais. Fui procurado pelo Sr. Cristiano Paz, presidente da SMP&B, prestadora de serviço à USIMINAS. O Sr. Cristiano me comunicava que a USIMINAS colocara à disposição das campanhas de interesse do partido esses valores, a princípio, 150, que sofreram deduções, sendo o valor líquido 102.812,76.



A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Quer dizer, então foi a SMP&B que fez esse contato com a USIMINAS.

O SR. DEPUTADO ROMEU QUEIROZ - Sim, senhora.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Como é que o senhor explica que esses recursos da USIMINAS tenha sido pago à SMP&B?

O SR. DEPUTADO ROMEU QUEIROZ - Na realidade, o Sr. Paulo Leite Nunes, quando foi fazer o recebimento, ele o recebeu da SMP&B, conforme consta desse documento cuja distribuição fiz neste presente momento. E me informava, o Sr. Cristiano, que a origem do dinheiro era da USIMINAS. Valor exatamente igual ao feito ao Sr. Deputado Roberto Brant, candidato a Prefeito de Belo Horizonte à época, que foi atendido também com o mesmo valor, inclusive até os centavos.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Como é que o senhor esclarece ter sido informado de que ia receber 150 e recebeu 102 e alguma coisa?

O SR. DEPUTADO ROMEU QUEIROZ - O próprio banco fez a comunicação ao Sr. Paulo Leite de que a empresa havia feito lá os descontos das despesas, taxas, impostos etc.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - O Sr. José Hertz afirmou ontem aqui para gente que o senhor determinou que atendesse o Sr. Emerson Palmieri.

O SR. DEPUTADO ROMEU QUEIROZ - Sim, senhora.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - O senhor sabia que os recursos eram da SMP&B?

O SR. DEPUTADO ROMEU QUEIROZ - Não. Na realidade, está havendo aí uma pequena confusão. Os recursos que vieram da USIMINAS e SMP&B foram sacados pelo Sr. Paulo Leite Nunes. O Sr. José Hertz conduziu os 350 mil reais doados pelo PT ao PTB Nacional.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Mas, assim, também nos 2 casos foi a SMP&B que foi intermediária desses recursos?

O SR. DEPUTADO ROMEU QUEIROZ - Sim.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - O senhor sabia que esses recursos viriam da SMP&B?



O SR. DEPUTADO ROMEU QUEIROZ - Eu fui comunicado, à época, pelo Ministro, que os recursos seriam transferidos à SMP&B e ela faria entrega ao PTB.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Esses recursos o senhor não sabia de onde vinham?

O SR. DEPUTADO ROMEU QUEIROZ - A informação é que vinham do PT Nacional.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - O Sr. Paulo Leite afirmou ter pego recurso do Banco Rural e ter depositado na sua conta e de outras pessoas. O senhor já esclareceu aqui, então já ficam essas perguntas todas respondidas. O senhor está no seu segundo mandato?

O SR. DEPUTADO ROMEU QUEIROZ - Sim.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Esse mandato o senhor foi eleito pelo PTB?

O SR. DEPUTADO ROMEU QUEIROZ - PTB.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - E o outro mandato?

O SR. DEPUTADO ROMEU QUEIROZ - Na realidade eu posso explicar desde o primeiro. Meu primeiro mandato, lá em 1986, foi pelo PMDB; o segundo e o terceiro, PTB; quarto, pelo PSDB e o quinto pelo PTB.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Então, o quarto foi o primeiro seu federal?

O SR. DEPUTADO ROMEU QUEIROZ - O primeiro federal, pelo PSDB.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - PSDB.

O SR. DEPUTADO ROMEU QUEIROZ - Onde deixei o partido no meio do mandato.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Então, em 1998, o senhor foi eleito pelo PSDB e, em 2002, o senhor foi eleito pelo PTB?

O SR. DEPUTADO ROMEU QUEIROZ - Isto.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - O PTB Nacional lhe disse que os recursos recebidos do Sr. José Hertz vinham... Ah! Isso o senhor já respondeu. A CPMI já detectou que na campanha de 1998, houve repasse de recursos da SMP&B para diversos candidatos e inclusive colocava o senhor Azeredo e outros candidatos do PSDB. Na época, o senhor recebeu alguns recursos da SMP&B?



O SR. DEPUTADO ROMEU QUEIROZ - Não.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - O senhor conhecia o Sr. Marcos Valério?

O SR. DEPUTADO ROMEU QUEIROZ - Conheço e conhecia há bastante tempo. Eu o conheci como auxiliar ou subgerente de um banco lá do Estado.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - O Sr. Marcos Valério, o senhor conhecia como auxiliar ou subgerente de um banco?

O SR. DEPUTADO ROMEU QUEIROZ - Exatamente. Depois ele passou — tive conhecimento, sou amigo dessas pessoas —, passou a ser sócio dessa SMP&B, sucedendo o Sr. Clésio Andrade, hoje Vice-Governador de Minas Gerais.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - O senhor não tinha qualquer relação com as empresas do Marcos Valério até então, só nesse momento que foi e pegou os recursos através do Sr. Cristiano?

O SR. DEPUTADO ROMEU QUEIROZ - Sim! Mas sou amigo do Sr. Cristiano há muitos anos. É uma empresa de tradição em Minas Gerais e, até então, não havia contra ela qualquer suspeita.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Mas, na campanha de 1998, o senhor não recebeu nenhuma ajuda?

O SR. DEPUTADO ROMEU QUEIROZ - Não recebi.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Está bom. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Com a palavra o nobre Deputado Jairo Carneiro.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Sr. Presidente, Sr. Relator, Deputado Romeu Queiroz, Srs. Advogados, nobres colegas, eu recebi a visita do nobre colega em nosso gabinete. Ele me levou um documento que creio que também endereçou aos demais membros do Conselho. E eu o recebi com toda a atenção, dialogamos. Tivemos, ontem, a presença das testemunhas e, hoje, o seu depoimento. Eu considero que as indagações feitas pelo nobre Relator e pela Deputada Ângela e os esclarecimentos prestados ontem e confirmados hoje para mim são suficientes. Eu poderia fazer indagações, mas poderão ser repetitivas. Nós já vimos que os recursos não foram contabilizados, não foram documentados. E ontem eu questioneei a forma como esses recursos foram obtidos. E entendo que é



uma forma inadequada. Fica, ao nobre Relator, uma missão muito árdua de manifestar-se, e a este Plenário também. Eu tenho as melhores informações a respeito de V.Exa. como cidadão.

O SR. DEPUTADO ROMEU QUEIROZ - Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Mas nós temos aqui uma missão que pode ser até ingrata. É uma missão difícil. Mas temos de separar as relações pessoais da responsabilidade política que nós assumimos neste Conselho. Eu agradeço, mas eu me dispenso de fazer mais indagações. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Com a palavra o nobre Deputado Chico Alencar.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Boa tarde, Deputado Romeu Queiroz, colegas do Conselho. Sempre na busca da objetividade. O senhor sempre apoiou financeiramente, além de politicamente, com é natural, candidatos a Prefeito ou Vereador em pleitos anteriores a este em tela, 2000, 1996? Ou esse tipo de procedimento foi inédito na sua história política?

O SR. DEPUTADO ROMEU QUEIROZ - Eu acredito que todo político e, em especial, nós, Deputados, sempre estamos apoiando os nossos candidatos em cada eleição. Uma vez que as eleições se fazem com muitas dificuldades financeiras, os candidatos recorrem aos seus Deputados, aos seus companheiros políticos na busca de recurso. Então, para mim, não é novidade.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Mas sempre, inclusive, dessa forma, repassando esse montante de recursos para esse conjunto de Municípios?

O SR. DEPUTADO ROMEU QUEIROZ - Não. Essa transferência feita nesse valor de 102 mil reais foi a primeira vez que foi oferecida ao partido. E foi uma transferência, acredito, parcimoniosa. Valores de 600 reais, 800 reais, 1.200 reais. É evidente que valores maiores também.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Quando o então Presidente do seu partido, o ex-Deputado Roberto Jefferson, falou do chamado mensalão, o senhor percebeu que isso poderia ter a ver com esse procedimento que o senhor desenvolveu em 2004?

O SR. DEPUTADO ROMEU QUEIROZ - Não, de forma nenhuma, de forma nenhuma. Esse atendimento aqui, a empresa ofereceu uma ajuda às campanhas



municipais. Os candidatos precisavam realmente de recursos e a transferência foi feita, entendendo que o dinheiro tem uma origem boa e que chegou ao seu objetivo, não ficando no bolso deste Parlamentar um só centavo.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR – Então, essa contribuição originalmente da USIMINAS o senhor não a coloca no leque do chamado mensalão, que tem várias interpretações ou vários carimbos?

O SR. DEPUTADO ROMEU QUEIROZ - Essa transferência, ela se deu no dia 31 de agosto de 2004, em plena campanha, ou seja, 30 dias antes das eleições, e eu não gostaria de caracterizá-la como mensalão. Foi uma contribuição de campanha.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - O ex-Deputado Roberto Jefferson disse perante este Conselho que quando soube desse procedimento de repasse de recursos bastante alentados ele levou para uma reunião do seu partido a questão e ali se deliberou por não aceitar. O PTB não entraria nesse suposto esquema. O senhor esteve presente nessa reunião? A reunião inclusive foi confirmada também pelo atual Líder do partido, José Múcio, perante este Conselho.

O SR. DEPUTADO ROMEU QUEIROZ - Eu não sei se poderia ser considerada uma reunião formal. Na realidade, a Liderança do PTB é muito próxima do plenário. Então, é comum, nos intervalos de votação, os Deputados do partido estarem ali na Liderança conversando. E por mais de uma vez o Sr. Roberto Jefferson fez algumas considerações sobre essa questão de contribuições a outros partidos, o que foi rechaçado pelos Deputados do nosso partido de imediato. Mas eu só não confirmaria a reunião, porque não houve uma reunião com pauta definida para discutir esse tipo de assunto. Houve um encontro de grupos de Deputados onde o assunto foi tratado. Isso era tratado por muitas pessoas.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Mas esses 300 mil a que senhor fez referência, que o PT teria repassado para o PTB, não estariam dentro desse contexto que o ex-Deputado mais tarde denunciou e disse que sempre repudiou? Não seria exatamente algo contra o qual ele alegou que se insurgiu depois e criou toda essa crise monumental no País?

O SR. DEPUTADO ROMEU QUEIROZ - Eu não poderia falar dessa coisa toda porque, na realidade, como essa empresa é uma empresa que tem a sua sede



lá em Minas Gerais, o presidente certamente usou a unidade lá de Minas Gerais para facilitar a transferência dos recursos. Mas como eu não tinha conhecimento de outras transferências, entendia isso como uma coisa normal, como uma contribuição do Partido dos Trabalhadores a um seu aliado.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Mas o senhor não estranhou — como eu, me permita, estranho até hoje. Estranhei tanto que nem uso mais a estrela do PT, nem pertenço mais a esse partido. O senhor não estranhou que esses 320 mil — em torno disso, não?...

O SR. DEPUTADO ROMEU QUEIROZ - Trezentos e cinquenta.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Trezentos e cinquenta mil do PT para o PTB tenham vindo através de uma agência de publicidade? A SMP&B não é o PT.

O SR. DEPUTADO ROMEU QUEIROZ - Deputado Chico Alencar, na realidade, na época, não pairava sobre a idoneidade do PT qualquer coisa. Aliás, era tido como um partido extremamente organizado, respeitado. Portanto, a gente não podia duvidar da origem desses recursos que foram doados pelo seu então partido.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Sim, mas havia essa informação de que os recursos eram da SMP&B?

O SR. DEPUTADO ROMEU QUEIROZ - Quando eu fui comunicado do atendimento, eles avisaram que o atendimento seria feito através da SMP&B.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - E o senhor achou normal, não se questionou sobre isso?

O SR. DEPUTADO ROMEU QUEIROZ - Não.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Eu não entendi bem a participação, o papel, a intermediação do ex-Ministro Anderson Adauto nesse repasse dos 350 mil. Foi talvez uma distração, uma falta de percepção minha, quando o senhor mencionou.

O SR. DEPUTADO ROMEU QUEIROZ - É, quando eu fui chamado pelo presidente do meu partido para ajudar na consecução de algum recurso, que o partido se encontrava com dificuldades financeiras, eu procurei a pessoa amiga, que é o Dr. Carlos Cota. Ele, impossibilitado de atender, não tinha como resolver isso de



forma nenhuma, não queria usar da sua prerrogativa de diretor ou de prestígio ou coisas assim, ele achou melhor ter esse entendimento com o ex-Ministro Anderson Adauto, que tinha ligações, à época, com o Sr. Delúbio. E o próprio Ministro fez esse entendimento.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - O senhor teve contatos freqüentes com o Sr. Delúbio Soares, o ex-tesoureiro do PT?

O SR. DEPUTADO ROMEU QUEIROZ - Não, não. Falei ao telefone com ele uma vez ou duas.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Sempre para tratar desse repasse de recursos?

O SR. DEPUTADO ROMEU QUEIROZ - Foi. No início, o próprio Ministro mandou que eu ligasse para ele.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - O Ministro Anderson Adauto?

O SR. DEPUTADO ROMEU QUEIROZ - É.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Procurar o então tesoureiro do PT para viabilizar esse apoio.

O SR. DEPUTADO ROMEU QUEIROZ – É, e eu comuniquei a eles que eu estava saindo em viagem, que a partir daquele momento eu me afastava e que o Sr. Emerson Palmieri, juntamente com o Sr. José Hertz, que é o coordenador do partido lá no Estado, iam cuidar desse repasse.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Em nenhum momento o senhor se preocupou em dar o contorno legal a esse tipo de recurso, dentro dessa tradição até a que o Presidente Lula já fez referência? No Brasil, essa não-contabilização é uma tradição.

O SR. DEPUTADO ROMEU QUEIROZ - Na realidade não cabia a mim, porque eu não recebi o dinheiro, não transportei nem entreguei. Então, cabia ao Sr. Emerson Palmieri acertar com o PT o recibo de doação ou coisa assim.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Para além desse *e-mail* que o Sr. nos trouxe aqui, da Sra. Geisa, apresentando o Sr. Paulo Nunes ao funcionário do Banco Rural, sobre os 102 mil, 812 reais e 76 centavos, o senhor teve alguma conversa com o próprio Sr. Paulo Nunes sobre essa missão?



O SR. DEPUTADO ROMEU QUEIROZ - Tive. O Sr. Paulo Nunes é um amigo pessoal, pessoa com quem eu tenho convivência de mais de 30 anos e é um colaborador lá do meu partido. Ele já foi meu assessor enquanto eu estava na Assembléia. Quando eu saí de lá, vim para cá, ele permaneceu assessorando algum Deputado, mas continua sendo um colaborador do partido. Em período de campanha, em que a gente corre muito, ele passando lá no partido, eu dei essa missão para ele, de receber e distribuir esse dinheiro.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - O senhor mencionou que a informação era quanto ao repasse da USIMINAS, de que seria um montante de 150 mil reais, mas que concretamente vieram apenas 102 mil reais, os outros... e essas frações aí que eu já mencionei. Quase 48 mil reais saíram em taxas, impostos. Quer dizer, na verdade, da parte do doador houve todo um procedimento rigorosamente legal na doação, mas na recepção, aí não houve a contabilização como recursos de campanha. Foi isso?

O SR. DEPUTADO ROMEU QUEIROZ - É. Houve um desconto de 47, 187... 24. Esses valores foram a título de despesas, taxas, impostos etc., sobrando e sendo entregues...

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Taxas bancárias, as escorchantes taxas bancárias. É muito, quase 50% do valor. Um terço do valor.

O SR. DEPUTADO ROMEU QUEIROZ - Na realidade, esses descontos não foram feitos pelo banco. Esses descontos foram feitos na própria...

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Própria empresa.

O SR. DEPUTADO ROMEU QUEIROZ - ...SMP&B.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Ah, na SMP&B, que fez a intermediação. É a corretora, digamos.

Bom, por fim, Deputado Romeu, o senhor se encontrou com o então Ministro José Dirceu? Quantas vezes? Tratou de algum acordo político-eleitoral ou apoio financeiro? Tomou conhecimento... É todo um conjunto de questões. Tomou conhecimento de um projeto do Governo e da sua base aliada, da sua base de sustentação, de eleger pelo menos um Vereador em cada um dos 5.650 Municípios brasileiros e Prefeitos em pelo menos metade dos Municípios do País? Quer dizer,



um projeto legítimo de ocupação de espaço de governo, mas teve esse diálogo em algum momento?

O SR. DEPUTADO ROMEU QUEIROZ - Enquanto o Deputado José Dirceu foi Ministro, eu não tive com ele, no Palácio, qualquer encontro. Nem uma vez.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Sim, mas e fora do Palácio?

O SR. DEPUTADO ROMEU QUEIROZ - Não...

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Nenhum tipo de contato político?

O SR. DEPUTADO ROMEU QUEIROZ - Tenho encontrado mais com ele agora, no plenário.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Sim. Eu também.

Por fim, o senhor falou com emoção — e é evidente, nós entendemos, é um momento muito difícil para qualquer pessoa que se veja nessa situação, como é para nós também, nesse papel aqui, mas temos que cumpri-lo. O senhor falou muito do prejuízo, do ponto de vista da sua própria história política, da sua vida, não é?

O SR. DEPUTADO ROMEU QUEIROZ - São 20 anos de mandato, não é?

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Pois é. O senhor hoje faria uma revisão crítica desse procedimento e detectaria alguma falha nesse procedimento, ou o senhor considera que foi induzido a erro e iludido na sua boa-fé?

O SR. DEPUTADO ROMEU QUEIROZ - Na realidade, eu não diria até como iludido, porque, com a experiência de trabalho, de empresário, de político que tenho não posso me dar o luxo de dizer que fui iludido nesse caso. O propósito foi — como realmente um dirigente partidário, sendo Segundo Secretário do meu partido, em âmbito nacional — colaborar com o meu presidente que, naquela hora, se encontrava aflito à busca de recursos para cumprir as obrigações rotineiras do partido. Mas evidentemente que, se soubesse que se transformaria em um problema, eu não passaria nem na porta de qualquer dessas empresas nem dessas pessoas.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - O senhor ficou surpreso com a atitude do seu ex-Presidente, o ex-Deputado Roberto Jefferson, de colocar... Ao fim e ao cabo, estamos aqui também, originalmente, por causa das denúncias que ele fez. Ele é um seu correligionário, um seu companheiro, e isso ganhou essa dimensão, essa extensão. Mas o senhor considera que ele cumpriu o dever dele de



abrir algo do qual ele sempre discordou? Ou ele foi cúmplice disso, desses procedimentos questionáveis?

O SR. DEPUTADO ROMEU QUEIROZ - Bom, eu não gostaria de avaliar o comportamento do ex-Deputado Roberto Jefferson. Teve um preço. Ele realmente fez denúncias graves, tanto é que tem aí 3 CPIs em funcionamento, encontrando falhas, erros. Então, ele deu a contribuição dele e pagou o preço também. Mas não gostaria de avaliá-lo, nem de dizer se ele fez bem ou não de tomar essa decisão.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Por fim, o senhor tem informações se o PTB, seja o Diretório Regional de Minas, seja o Diretório Nacional, registrou, colocou na sua contabilidade oficial, esse repasse do PT, via SMP&B, para o partido?

O SR. DEPUTADO ROMEU QUEIROZ - Não tenho conhecimento.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Não sabe.

O SR. DEPUTADO ROMEU QUEIROZ - Não.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Trad) - Com a palavra o nobre Deputado Edmar Moreira.

O SR. DEPUTADO EDMAR MOREIRA - Sr. Presidente, Prof. Nelson Trad; Sr. Relator, Deputado Josias Quintal; Srs. Conselheiros; Sra. Conselheira; demais companheiros, Deputados presentes; meu amigo e meu conterrâneo Deputado Romeu Queiroz. Sr. Relator, é muito difícil para todos nós, quando, em qualquer momento ou segmento da vida, nós analisamos um fato, desassociar esse fato da pessoa. De repente, dependendo do agente, da pessoa, por mais importante que o fato seja, a pessoa, o comportamento, o currículo, a seriedade da pessoa, a honestidade da pessoa, até, se não minimizam, mas se sobrepõem a esses fatos. E a recíproca é absolutamente verdadeira, Deputado Chico Alencar. O senhor pergunto em um momento da sua fala — e eu gostaria depois, se me permite, de aproveitar esse seu gancho — se hoje o Deputado Romeu Queiroz faria até uma autocrítica, tendo em vista o acontecido. Mas diria que a recíproca é absolutamente verdadeira. Às vezes, o fato é até de somenos importância, se não insignificante, mas a pequenez da pessoa faz com que esse fato seja absolutamente relevante.



Então, no caso em tela, eu diria que não tenho como, e sabiamente o Regimento diz que nós não podemos relatar nem companheiro de partido nem do Estado. Eu iria até além, prioritariamente é muito constrangedor para todos nós, o que absolutamente não nos leva a nenhum tipo de suspeição, meu caro Deputado Carlos Sampaio. Digo o seguinte: se não constrangedor, mas há uma certa dificuldade em todos nós quando temos que analisar o comportamento de um colega — eu evito falar essa outra palavra não sei por quê — aqui do Parlamento, porque realmente nós não fomos eleitos para isso. Absolutamente. Isso aqui, meu Relator — o senhor teve a oportunidade de falar no início de sua fala hoje — é uma incumbência regimental que evidentemente tem que ser cumprida. É um apêndice das “n” atribuições que nós temos aqui. Mas decididamente não é esse o objetivo que nos trouxe a Brasília, ao Parlamento Federal.

Então, feita essa consideração, eu quero aqui, muito à vontade, Sr. Presidente, separar a pessoa do fato. A pessoa, o Deputado Romeu Queiroz, de quem eu tenho o privilégio de ser amigo e conhecer por muitos anos e que toda Minas Gerais conhece, com certeza... E até aproveitando a dica do nobre Deputado, do competente Deputado Chico Alencar, lá do Rio de Janeiro, eu diria: se se vislumbrasse sequer uma hipótese de que isso poderia acontecer, jamais ele admitiria — estou falando evidentemente em tese, sem entrar no mérito do assunto — que o PTB Regional das Minas Gerais e aqueles que estivessem sob sua tutela, sua administração, sua responsabilidade político-partidária, cometessem fatos dessa natureza como os que foram cometidos.

Aí, nós passamos a diferenciar o fato propriamente dito do cidadão, da pessoa. Então o Romeu Queiroz, meu Relator... Eu dou aqui este meu testemunho, absolutamente sem fazer nenhum favor e aberto, de cabeça erguida, porque eu, como todos os membros deste Conselho, somos absolutamente independentes. E eu sou um homem independente, graças a Deus, para falar aquilo que eu sinto. Evidentemente, eu me responsabilizo por isso. Mas eu queria dizer que Romeu Queiroz é um empresário de sucesso, é um chefe de família exemplar — isso hoje em dia é muito importante, e eu faço questão de dar essa conotação —, é um político competente, sério e experiente. E, de repente, essa experiência, Sr. Relator, pode até servir de...: *“Puxa, mas experiente a tal ponto de até admitir isso?”* Mas...



Político experiente, por que não? Mas eu diria, Chico Alencar, eu já elenquei, sem fazer nenhum trocadilho, está elencado: nós temos 6 bandidos aqui nesta Casa que, no momento propício, no momento oportuno, serão nominados. As coisas virão à tona, Sr. Relator.

Então, o que houve? Qual foi o procedimento? Eles espalharam armadilhas. Espalharam armadilhas. Espalharam nos partidos, usaram, em muitos casos, da boa-fé dos Deputados, das Deputadas, daqueles que em momento nenhum, apesar da experiência, poderiam sequer entender que aquilo que estava sendo feito, ou aquilo que estava sendo oferecido, ou aquele procedimento poderia ter sido colocado sob suspeita. E, analisando esse caso especificamente, relativamente aos fatos atribuídos ao PTB de Minas Gerais, eu sei de cor e salteado. Já me inteirei e não vou perguntar sobre os detalhes. O Sr. Relator hoje exauriu todo o questionamento que evidentemente eu poderia ter feito, mas eu diria que, para mim, para meu juízo, nós temos, com certeza, que ter a sensibilidade — não no seu caso especificamente, Deputado Romeu Queiroz, mas em todos aqueles que, com certeza, vão aportar a este Conselho de Ética —, por nosso dever aqui de ofício e de obrigação, de analisar os processos que aqui virão. Acho que nós temos que analisar todos esses antecedentes, que com certeza pesarão.

E diria, para encerrar as minhas palavras, Sr. Relator, Sr. Presidente: eu sei, meu caro Deputado Romeu Queiroz, que a situação de nenhum de nós é confortável, muito menos a sua, que aí está. Não se sinta, sentado numa cadeira de réu... E aí o senhor está até num plano superior, está exatamente aí equiparado ao nosso Presidente, ao nosso Relator. Absolutamente, não há esse tipo de prejulgamento. Mas eu tenho para mim também, conhecendo como lhe conheço, que todo dano, que todo dano que tinha que ser feito a sua pessoa, o dano pessoal, o dano moral, esse já foi feito e é absolutamente irreversível, porque quem for lá para a história em quadrinhos da imprensa falada, escrita e televisionada, aquilo é irreversível. Te colocam na capa e depois, se houver uma retratação, vai lá na última, aquela letrinha, que você tem que colocar o microscópio. Não adianta, meu caro Nelson Trad, é a lei de imprensa.

Então, o dano com relação à pessoa de V.Exa. está absolutamente feito, irreversível e irrecuperável. Mas eu tenho certeza também de que os mineiros que



Ihe conhecem... E a política, nas Minas Gerais, meu caro Presidente, não é diferente de nenhum outro Estado do Brasil. Eu, por exemplo, faço política no interior das Minas Gerais. Às vezes tenho muita honra de falar que sou um Deputado caipira. Por que não? Até o Presidente Fernando Henrique Cardoso, uma vez, estava lá nas bandas de Portugal e se referiu aos brasileiros como caipiras. E me perguntaram, Romeu, se ele estava ofendendo os brasileiros. Eu falei absolutamente não. Se caipira for aquela definição que eu conheço do homem de mãos calejadas, sério, que trabalha a terra de sol a sol, ele não está absolutamente ofendendo. Então, eu estou dizendo isso para dizer que aqueles que nos conhecem, realmente, eles vão saber nos julgar a cada um de nós por aquilo que nós fizemos ou deixamos de fazer.

Ao encerrar minhas palavras, Sr. Relator, Sr. Presidente, com certeza não há absolutamente nenhum outro motivo. Eu não tenho relativamente a essas duas transferências, de 102 mil e depois 300 mil, que o Sr. Hertz trouxe e que o Sr. Paulo sacou lá no Banco Rural, eu não tenho nenhuma dúvida. Seriam os questionamentos que já foram feitos anteriormente.

Então, eu agradeço a oportunidade de ter falado, de os senhores terem, evidentemente, me ouvido. E, ao contrário do que acontece, Sr. Presidente, me desculpe: eu usei a maior parte do tempo hoje. Hoje, eu bati meu próprio recorde aqui, porque realmente eu falo pouco, mas eu achei que era a oportunidade de eu fazer esse depoimento aqui, que, com certeza, ele pode não ter somado absolutamente, a juízo dos Sras. Conselheiras e Srs. Conselheiros, mas era o que eu tinha que dizer.

Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO ROMEU QUEIROZ - Eu pedi autorização ao Sr. Presidente para agradecer as palavras gentis e amigas desse grande companheiro, amigo lá das Minas Gerais, Deputado Edmar Moreira, pessoa extremamente respeitada em todos os meios lá no nosso Estado e no País, e dizer, meu prezado amigo Edmar, que realmente eu não botei um centavo no bolso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Trad) - Deputado Carlos Sampaio.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Sr. Presidente, nobre Relator, colegas Conselheiros, minha colega Conselheira Ângela, nobre depoente, é evidente que todos nós aqui estamos a julgar o caso concreto, os fatos tal como se



passaram. Mas também é inquestionável que, por vias diretas ou indiretas, tenhamos a curiosidade ou mesmo a vontade de saber a história de cada um que está sendo analisado, ou tendo seu procedimento analisado por este Conselho.

Têm pessoas que possuem um histórico que não as qualificam, o que não quer dizer que, no fato pelo qual elas estão sendo julgadas, elas mereça ser condenadas. Mas existem pessoas cuja história qualificam, e queria dizer a V.Exa. que apesar de não conhecê-lo e de nunca ter tido contato pessoal com V.Exa., as referências que tenho no âmbito pessoal, empresarial e político de V.Exa. o qualificam, e muito. E V.Exa. fez uma referência à sua família. Pelo que pude depreender de tudo que ouvi, queria dizer que — tenho para mim — os seus familiares têm motivos de sobra para ter orgulho de V.Exa.

Não obstante, existe um fato concreto a ser apreciado. Tenho para mim que V.Exa. realmente não se beneficiou de absolutamente nada e cumpriu um papel que lhe cabia como 2º Secretário. Uma questão que a mim me pareceu necessária ser explicitada por V.Exa. é no que tange àqueles 50 mil. Em que pese depositados na conta de V.Exa., V.Exa. já deixou claro, inclusive documentalmente, a destinação de toda essa verba, que, em momento algum, ficou em sua posse. Ou seja, V.Exa. não se beneficiou também com relação a esse depósito de 50 mil reais de um único centavo. Mas a indagação vai no sentido do porquê. Eu sei que V.Exa. não autorizou, e ontem indagamos aqui uma testemunha e ela disse que fez por conta própria esse depósito, até para não ficar de posse desse dinheiro e que imediatamente V.Exa. fez os repasses aos respectivos candidatos. Por que nesse momento V.Exa. não tomou o cuidado, eu diria assim, de estornar, ou de ver uma outra forma, porque, afinal, entravam na sua conta bancária 50 mil reais, sem a sua autorização, mas entrou.

Então, o que V.Exa. teria a dizer sobre esse fato que, a meu ver, é um fato relevante, em que pese a minha convicção de que V.Exa. não ficou com um único centavo de todo esse dinheiro?

O SR. DEPUTADO ROMEU QUEIROZ - Na realidade, no dia 30 de agosto de 2004, quando solicitei ao Sr. Paulo Leite que buscasse e também providenciasse algumas transferências, ele fez naquele banco, o Banco Rural, as transferências que deveria fazer. Parte seria transferido para um banco ali próximo, uma região em Belo



Horizonte onde há uma concentração grande de bancos, junto ao Banco Central, Assembléia Legislativa, Ministério Público, Justiça Federal. E lá, para se ter uma idéia, tem 3 agências do Banco Itaú, 3 do Banco do Brasil, Caixa Federal, BRADESCO, BMG — esse que é bem citado — ali também naquela região. E o Sr. Paulo cumpriu lá a nossa solicitação. Mas, com receio de transportar esse dinheiro até o escritório, e já vencendo o seu tempo, ele acabou fazendo essa besteira de depositar na minha conta. Imediatamente, até antes de eu tomar conhecimento, a minha secretária já estava providenciando as transferências, tanto é que eu tenho os DOCs originais, os TEDs de cada transferência dessa que foi feita a seguir. Então, na realidade, não houve nem o tempo de dar o puxão de orelha. Quando a gente tomou conhecimento as transferências já se efetivavam.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Eu não tenho mais nenhuma indagação, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Trad) - Deputado Benedito de Lira.

O SR. DEPUTADO BENEDITO DE LIRA - Sr. Presidente, Deputado Nelson Trad, Sr. Relator, Deputado Josias Quintal, Srs. Deputados, Conselheiros, querida amiga Deputada Angela, Conselheira, meu caro Deputado Romeu Queiroz.

Na verdade, ao assistirmos às informações, aos depoimentos e aos esclarecimentos que são prestados neste Conselho pelas diversas pessoas, Deputados, testemunhas que aqui já passaram, realmente a gente percebe em algumas pessoas a sinceridade ao se posicionar e ao se manifestar. Em outras, a gente percebe determinados posicionamentos que deixam muito a desejar. Eu sei que V.Exa. tem passado por momentos de muitos constrangimentos. Quem não sabe disso, principalmente quando um homem público se surpreende com determinados fatos que acontecem na vida do homem público. Porque, no momento, nós estamos sendo muito expostos a tudo quanto pode acontecer de bom e de ruim. Mas eu gostaria apenas de lhe fazer duas indagações, Deputado. V.Exa., que tem a sua vida pública de empresário em Minas Gerais, é evidente que conhece todos e tudo, as pessoas boas e ruins. Todos nós temos essa visão. É evidente que, naquela oportunidade, a SMP&B, ou o Sr. Marcos Valério, era tida como uma empresa até então idônea. Após esses escândalos é que ela realmente tem sido



objeto de todos os tipos de execração. Eu lhe faço a seguinte indagação: V.Exa. se surpreendeu quando no noticiário ou quando nas primeiras manifestações o seu nome surgiu como uma pessoa que tinha mantido relação entre a SMP&B e Marcos Valério? Houve alguma surpresa em ver seu nome estar sendo objeto dessa especulação, ou no noticiário?

O SR. DEPUTADO ROMEU QUEIROZ - Sim, muitas surpresas, até porque, no caso dessa transferência de 350 mil reais ao PTB Nacional, eu agi apenas como uma pessoa que estava procurando ajudar o então Presidente a viabilizar recursos. Não recebi dinheiro, não transportei, não entreguei e, portanto, eu não sabia. Não tinha nem conhecimento. Não assinei qualquer papel. Não tinha conhecimento de que meu nome tivesse sido registrado nesta tal lista que foi entregue à CPMI. E com relação aos recursos oriundos da USIMINAS, SMP&B, eu nem me lembrava mais, porque foi no auge de campanha. Também me surpreendi. Mas quando tomei conhecimento, na realidade, a surpresa não foi tão grande quando surgiu o meu nome, porque, quando eu li na *Folha de S. Paulo* o nome de Paulo Leite Nunes, e que a *Folha* não encontrava quem era essa pessoa, eu que liguei a ele e pedi que ele ligasse à *Folha* esclarecendo que aquele recurso ele foi buscar atendendo a meu pedido.

O SR. DEPUTADO BENEDITO DE LIRA - O seu coordenador, José Hertz, ele esteve aqui ontem e, ao prestar seu depoimento, ele dissera que, também atendendo à solicitação de V.Exa., se dirigiu aqui a Brasília, ou a Belo Horizonte — não sei bem —, aos Bancos Rural e Brasil.

O SR. DEPUTADO ROMEU QUEIROZ - Lá em Belo Horizonte.

O SR. DEPUTADO BENEDITO DE LIRA - Belo Horizonte. V.Exa., quando o orientou para comparecer ao banco, sabia que o Presidente, aliás, o tesoureiro do PTB estaria lhe fazendo essa comunicação para que ele fosse apanhar numerário nas duas agências bancárias, ou V.Exa. apenas mandou que ele mantivesse contato com o Sr. Palmieri e saber o que é que ele estava querendo com o coordenador do PTB lá em Minas Gerais?

O SR. DEPUTADO ROMEU QUEIROZ - Quando eu fiz os primeiros entendimentos, através do seu Carlos Cota, do Ministro Anderson Adauto, e que o PT Nacional disponibilizou esses recursos, eu já estava com férias programadas, e a



viagem seria no dia 30. Os recursos não seriam liberados antes disso. Eu, então, comuniquei ao Sr. Emerson Palmieri que, a partir daí, ele fizesse diretamente os entendimentos e que colocava à disposição dele o escritório de Belo Horizonte, na pessoa do Sr. José Hertz, que é o coordenador do partido. Mas saí totalmente do processo.

O SR. DEPUTADO BENEDITO DE LIRA - No entendimento dele, a conversa dele com o Palmieri era para apanhar recursos para a campanha?

O SR. DEPUTADO ROMEU QUEIROZ - Com certeza, o entendimento era para buscar os recursos que o Partido dos Trabalhadores disponibilizou.

O SR. DEPUTADO BENEDITO DE LIRA - Romeu, esses recursos que o José Hertz veio apanhar foram para a campanha de Minas Gerais ou recursos para o Diretório Nacional?

O SR. DEPUTADO ROMEU QUEIROZ - Para o Diretório Nacional.

O SR. DEPUTADO BENEDITO DE LIRA - E o Diretório Nacional repassou esses recursos para o Diretório Regional de Minas Gerais?

O SR. DEPUTADO ROMEU QUEIROZ - Para o Diretório de Minas Gerais, não. Zero. Não sei a destinação que o Diretório Nacional deu a esses recursos. A informação do Presidente à época é que ele precisava de recursos para a cobertura das despesas rotineiras do partido, inclusive para a cobertura de programas eleitorais.

O SR. DEPUTADO BENEDITO DE LIRA - Os recursos que chegaram ao Diretório Regional do PTB em Minas Gerais foram apenas os recursos que a USIMINAS disponibilizou?

O SR. DEPUTADO ROMEU QUEIROZ - O PTB faz uma distribuição de seu fundo partidário. É outra coisa. Cada Diretório recebe uma parcelinha. Então, é isso que o Diretório de Minas Gerais recebe mensalmente, que é cerca de 8 a 10 mil reais, varia um pouco.

O SR. DEPUTADO BENEDITO DE LIRA - Eu queria saber o seguinte... O senhor não entendeu a minha pergunta.

O SR. DEPUTADO ROMEU QUEIROZ - Está certo. Fora disso, fora disso, os recursos que estão aqui sendo discutidos e que foram para as campanhas de Minas



Gerais foram de R\$102.812,76, recebidos da SMP&B, dizendo que eles estavam vindo da USIMINAS.

O SR. DEPUTADO BENEDITO DE LIRA - O senhor é o Presidente do Diretório Regional do PTB em Minas?

O SR. DEPUTADO ROMEU QUEIROZ - Sim.

O SR. DEPUTADO BENEDITO DE LIRA - O senhor sabe informar se o seu tesoureiro do Diretório, ao receber esses recursos da USIMINAS, transferidos pela SMP&B, esses 102 mil, se ele fez alguma entrega à USIMINAS de bônus, ou não lhe fez nenhuma comunicação? Considerando o que eu já tive a oportunidade de lhe ouvir, parece-me que não fora feita a prestação de contas.

O SR. DEPUTADO ROMEU QUEIROZ - Não. Nós não temos a convicção de que a prestação de contas não tenha sido feita, porque, na realidade, o que nós pensamos é que cada comitê de campanha, nesses 20 Municípios que receberam essa contribuição, é que teria de fazer a prestação de contas da campanha local. Mas também não tenho conhecimento se a USIMINAS exigiu recibos. Eu não tenho conhecimento. Acredito que não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edmar Moreira) - Os 3 últimos oradores inscritos, a seguir Deputado Nelson Trad.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Só queria complementar essa pergunta...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edmar Moreira) - Pois não.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Eu ia pedir só para complementar uma pergunta que ele fez ao Deputado Romeu Queiroz, mas eu faço depois.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edmar Moreira) - Encerrando a nossa oitava, nós vamos dar a palavra, por último, ao nobre Deputado José Militão.

Com a palavra o Deputado Nelson Trad.

O SR. DEPUTADO NELSON TRAD - Sr. Presidente, Deputado Edmar, nobre Relator, Sra. Deputada, Srs. Deputados, Deputado Romeu, V.Exa. era Presidente do Diretório Regional do PTB de Minas Gerais e era o 2º Secretário da Executiva Nacional do PTB. Tem um aspecto cinzento em relação à função, ao comportamento, ao procedimento de um nome que passeia hoje em todos os



depoimentos das Comissões Parlamentares Mistas de Inquérito e algumas vezes aqui no Conselho. E ainda não definimos ou conceituamos a anatomia funcional e moral do personagem. Trata-se do Sr. Emerson Palmieiri, que aparece sempre como tesoureiro informal do Partido Trabalhista Brasileiro, citado, muitas vezes de forma objetiva e concreta, como condutor de alguns milhares de reais que recebia em oportunidades diversas, através de entrega em espécie nas mãos dele. Aparece também de forma bastante escura a verdadeira função de Emerson Palmieri. Sabia V.Exa., por exemplo, que o Emerson Palmieri era tesoureiro da EMBRATEL?

O SR. DEPUTADO ROMEU QUEIROZ - Deputado Nelson Trad, na realidade, eu vim a conhecer o Sr. Emerson Palmieri quando do meu retorno ao PTB. Como eu disse inicialmente, eu pertencia aos quadros do PTB, lá em Minas Gerais, como Deputado Estadual, por algum tempo, e estive fora um período. Quando retornei, passei a ter um contato, e aí já Deputado Federal, com a direção do Partido. Na época Presidente Sr. José Carlos Martinez, pessoa que dirigia o partido da sua maneira e tal, auxiliado por seus companheiros, e o Emerson Palmieri era um dos seus auxiliares. Mas, na realidade, o tesoureiro do PTB é o Sr. Wanderley Valim da Silva. Esse é o tesoureiro do PTB. O Sr. Emerson Palmieri funciona como 1º Secretário. Nós temos lá dentro da estrutura, que o senhor conhece muito bem, que o senhor pertenceu, para nós com muita honra, aos quadros do nosso partido, por muitos anos na vida, e na estrutura que tem, tem uma Secretaria Geral, que é ocupada pelo Sr. Deputado Antônio Fleury Filho; a 1ª Secretária, o Sr. Emerson Palmieri, e eu sendo o 2º Secretário. No entanto, o Sr. Emerson desempenhava esse papel junto ao Sr. Presidente de angariar ou arrecadar recursos como sendo aí o tesoureiro, uma vez que o tesoureiro é o Sr. Valim.

O SR. DEPUTADO NELSON TRAD - E é certo que o Sr. Emerson era tesoureiro da EMBRATEL?

O SR. DEPUTADO ROMEU QUEIROZ - Eu tenho conhecimento que ele foi diretor da EMBRATUR.

O SR. DEPUTADO NELSON TRAD - Ou da EMBRATUR?

O SR. DEPUTADO ROMEU QUEIROZ - EMBRATUR, órgão pertencente ao Ministério do Turismo. E quando se iniciou esse processo aí das CPIs, o Ministro Walfrido providenciou a sua dispensa.



O SR. DEPUTADO NELSON TRAD - Como tesoureiro da EMBRATUR?

O SR. DEPUTADO ROMEU QUEIROZ - Ele era diretor financeiro.

O SR. DEPUTADO NELSON TRAD - Diretor financeiro da EMBRATUR.

V.Exa. conhece Jair dos Santos?

O SR. DEPUTADO ROMEU QUEIROZ - Não.

O SR. DEPUTADO NELSON TRAD - Não conhece. Numa relação que deve ter aí, entre 29, entre março de 2003 até setembro de 2003, o PTB, através de seu Presidente, recebeu, via Jair dos Santos, 1 milhão de reais, em diversas quantias. O senhor sabia desses recebimentos que foram feitos e entregues ao Sr. Jair dos Santos, 1 milhão de reais, se foi para o caixa do PTB ou se o diretório estadual, regional do PTB foi informado dessa importância?

O SR. DEPUTADO ROMEU QUEIROZ - Não, eu não tenho conhecimento. Não conheço o Sr. Jair dos Santos, não tenho conhecimento desses recebimentos. No entanto, eu estava, até há poucos minutos, com a lista na mão. Pode ser que esteja nessa lista e eu não prestei atenção. Às vezes até porque não conheço a pessoa. Mas passei a listagem ao Sr. Relator, e ele certamente poderá dizer se esse nome consta da lista, se existem esses recursos. Mas não tenho conhecimento da entrada desse recurso no PTB.

O SR. DEPUTADO NELSON TRAD - Estou satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Srs. Deputados, antes de ouvirmos os Deputados José Carlos Araújo e José Militão, que são os dois últimos inscritos, eu gostaria de me pronunciar. Anteriormente eu não coloquei em votação, sobre a acareação do Deputado Sandro Mabel com a Deputada Raquel Teixeira, se essa reunião vai ser reservada ou não. Então, aqueles Deputados que forem favoráveis à reunião reservada permaneçam como se encontram. *(Pausa.)* Aprovada. Então, a reunião de acareação, na terça-feira, às 10h30min da manhã, vai ser reservada. O plenário, eu vou comunicar a todos os Deputados em seus gabinetes. Então, com a palavra o Deputado José Carlos Araújo.

O SR. DEPUTADO BENEDITO DE LIRA - Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Pois não, Deputado Benedito de Lira.



O SR. DEPUTADO BENEDITO DE LIRA - Eu quero cumprimentar o Conselho pela decisão. Porque ontem tive a oportunidade de assistir por um bom tempo uma acareação feita na Comissão Parlamentar dos Bingos e eu vi um quadro degradante para esta Casa, para o Congresso Nacional. Porque ali foram pessoas para um desacato, com agressões, um espetáculo que... Basta ver aquele quadro para a gente sentir vergonha de determinadas coisas que acontecem aqui, infelizmente, para satisfação de alguns e para a vergonha de todos. Eu achei aquilo um quadro deprimente. E os jornais hoje, na sua totalidade, não chegaram a nenhuma conclusão, nada, absolutamente nada. Não teve nenhum indício de que: *“Eu disse, mas agora eu desdigo. Não, eu realmente errei”*. Nada, absolutamente nada. E o Deputado Carlos Sampaio, num determinado momento aqui, quando da oitiva do Deputado Sandro Mabel, teceu um comentário, com a sua experiência como Promotor de Justiça, e a experiência de todos nós, que vivemos o dia-a-dia nas lides forenses. Na verdade, é muito raro, eu não conheço um caso, porque no começo da minha vida, Trad, como advogado, eu advoguei muito no crime, e eu nunca vi ninguém chegar lá, olhar um para a cara do outro, assim, e dizer: *“Não, realmente você tem razão, eu menti aqui quando vim prestar o testemunho”*. Nada, absolutamente nada. Então, é isso que eu quero, cumprimentar os colegas conselheiros pela decisão, porque isso vai interessar a todos nós. É evidente que a sociedade tomará conhecimento, no futuro, do voto e do relatório que o Relator apresentará com absoluta lisura, transparência e sem qualquer tipo de protecionismo ou de prejulgamento. Agora, o espetáculo, cabe a este Conselho, realmente, evitar que aconteça. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Pois não. Com a palavra, então, o penúltimo orador inscrito, José Carlos Araújo.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Sr. Presidente, Ricardo Izar, eu quero também me associar ao nobre Deputado que me antecedeu as palavras e parabenizar o Conselho e V.Exa. pela lucidez de ter colocado a forma que foi para a próxima sessão de terça-feira. Foi um espetáculo deprimente que nós vimos ontem pela televisão. Tive a oportunidade também de ver, e foi uma coisa chocante para todos nós.



Nobre Deputado Josias Quintal, Relator, nobre Deputado Romeu Queiroz, as perguntas todas que tinha para fazer foram esgotadas. Ontem, eu tive a oportunidade, quando da testemunha ontem que esteve aqui, eu fiz uma pergunta, e ele não deixou muito claro. E eu queria fazer duas perguntas a V.Exa. Ele disse claramente aqui que ele recebeu orientação de V.Exa., Presidente do partido em Minas Gerais, se não me engano, para o senhor atender as solicitações do Emerson Palmieri, e que o senhor saiu de férias. E depois, conversando aí, eu tive conhecimento que V.Exa., naquela época, foi de férias, e lógico, para minha honra, para minha Bahia, passar as férias lá na Bahia. Eu fiquei satisfeito porque a Bahia realmente é uma terra que acolhe todo mundo muito bem. E aí, no depoimento, ele disse que tomou a iniciativa, foi receber um envelope do Banco Rural, foi receber outro envelope do Banco do Brasil, tomou todas as iniciativas, entregou ao Sr. Emerson Palmieri e não sabe o que foi feito.

E eu pergunto a V.Exa.: esse dinheiro, pelo que eu soube, foi para o diretório nacional do PTB. Agora, esse dinheiro foi da empresa SMP&B, se não me engano. Mas quem destinou esse dinheiro para a direção do PTB e qual a participação que tinha o diretório regional de Minas? Parte desse dinheiro foi para o diretório regional ou ele foi todo para o diretório nacional?

O SR. DEPUTADO ROMEU QUEIROZ - Os recursos foram destinados ao PTB nacional pelo Partido dos Trabalhadores — a direção nacional do partido que destinou. E foi recomendado que o Sr. Emerson Palmieri recebesse os recursos da SMP&B, empresa com sede em Minas Gerais. Daí a razão de o partido, a unidade de Minas Gerais, ter sido acionada para ajudar no recebimento.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - E por último, Deputado, V.Exa. não destacou o bônus de um partido para o outro por qual razão?

O SR. DEPUTADO ROMEU QUEIROZ - Na realidade, nesse caso até não caberia o bônus. O bônus é utilizado nas campanhas eleitorais quando o candidato recebe ali o bloco e faz a entrega do bônus, na medida em que vai recebendo os recursos. Quando há uma doação normal, o que é normal é dar um recibo: *“Recebi, do Partido dos Trabalhadores, a importância de 350 mil reais, etc.”* Eu não tenho conhecimento, até porque não participei. Como o senhor sabe, eu estava na sua terra, de férias, participando até da posse de um dos Prefeitos que tem relações com



o senhor, acredito, e eu não recebi esse dinheiro, não transportei e nem entreguei. Eu não tenho conhecimento se houve a troca de documentos.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Tinha outra pessoa então que podia também assinar pelo diretório regional de Minas Gerais para poder dar o recibo? Não só o senhor podia assinar, mas também a própria pessoa que foi destinada a atender ao Palmieri, que foi o depoente do ontem, a testemunha de ontem, poderia ter assinado o recibo?

O SR. DEPUTADO ROMEU QUEIROZ - Na realidade, Sr. Deputado, o Sr. José Hertz funciona apenas com um transportador do dinheiro. Ele, atendendo à recomendação do Sr. Emerson Palmieri, apanhou os dinheiros no banco, conforme recomendado lá pela empresa, e os entregou à direção nacional do partido.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Sr. Presidente, como disse anteriormente, todas as perguntas que eu tinha curiosidade de saber foram esgotadas, principalmente pelo nobre Relator Josias Quintal, que fez uma série de perguntas e atendeu, pelo menos da minha parte, ao meu interesse para poder fazer um juízo de valor.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Antes de ouvirmos o último inscrito, o Deputado José Militão, eu gostaria de lembrá-los que na terça-feira, às 10h da manhã, teremos a acareação dos Deputados Sandro Mabel e Raquel Teixeira.

Com a palavra o Deputado José Militão.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MILITÃO - Sr. Presidente, Sr. Relator, Sra. Deputada, Srs. Deputados, a minha participação aqui é só para fazer um testemunho em favor do Deputado Romeu Queiroz.

Como V.Exa. sabe, nós temos uma república aqui em Brasília chamada República dos Inocentes, e moram lá o Deputado Romeu, o Deputado Cleuber e eu. E V.Exa. já teve a oportunidade de comer um leitão à pururuca na nossa república, não só V.Exa. como muitos Deputados aqui de Brasília já tiveram a oportunidade de freqüentar a nossa república.

Nós convivemos, o Deputado Romeu, o Deputado Cleuber e eu, há 20 anos. Nós fomos eleitos a primeira vez em 1986, para a Assembléia Legislativa, e viemos



em sucessivas eleições e resolvemo-nos candidatar a Deputado Federal na eleição de 98, vencemos. E quando aqui chegamos resolvemos também montar a nossa república, não só para efeito de economia, mas por efeito também da nossa convivência de muitos anos em que nossas famílias também se convivem muito, um freqüentando a casa do outro.

E posso assim dizer que sempre que chegamos do expediente da Câmara, lá em casa, a gente costuma nos reunir, botar os assuntos em dia, conversar um pouquinho. E nessas épocas de eleições, a gente fica muito preocupado com o custo das eleições. E toda a eleição municipal... Aliás, a gente diz que a gente gasta duas vezes: nós gastamos com as eleições de Prefeitos e Vereadores e gastamos outra vez com as nossas campanhas. E se não mudar esse processo de custo de campanha, como está em curso aquele projeto que chegou do Senado, está aqui na Câmara, eu acho que nós vamos ainda conviver com outras tragédias como esta que se abateu agora sobre o Congresso Nacional.

Mas, então, dizendo sobre a convivência com o Romeu, o Deputado Romeu é um Deputado de vida simples, um homem humilde que construiu seu patrimônio com seu trabalho e construiu seu patrimônio político também com seu trabalho de levar para o interior — onde ele é votado — obras e benefícios para todas as comunidades em que ele é votado. E eu já disse para o Romeu que... Eu já disse para o Romeu que... O Romeu já foi condenado por antecipação, o Deputado Romeu foi condenado por antecipação pela imprensa. O Deputado Romeu saindo dessa tragédia que se abateu sobre ele, ele vai ter que investir muito para recuperar seu patrimônio político. E é nessas horas que nossos adversários se aproveitam para tentar difamar ainda mais aqueles que eles acham que devam ser difamados.

Então, Sr. Presidente, a gente vê algumas coisas estranhas. Quem de nós, como político e como Deputado, já recebeu 102 mil, 412 reais e 86 centavos de ajuda de campanha? Não sei se é esse o valor correto, não, mas quem de nós já recebeu? Quem de nós já recebeu alguma coisa a título de campanha traduzidos em centavos, como foi o caso do Deputado Romeu e do Deputado Roberto Brant? Aquele dinheiro foi um dinheiro que veio da USIMINAS via SMP&B, talvez para esconder alguma coisa, mas foi repassado ao Deputado Romeu e ao Deputado Roberto Brant. Eu creio que nenhum de nós recusaria um dinheiro, nem perguntaria



a origem; simplesmente iria receber esse dinheiro, e fazer como ele fez, transferindo para os Municípios onde ele estava apoiando Prefeitos e Vereadores.

Então, sou muito suspeito para falar do Romeu, mas só queria deixar meu testemunho de que o Romeu jamais nas nossas conversas mencionou sobre esse dinheiro que foi entregue ao PTB e que ele pediu para o funcionário dele José Hertz buscar e trazer para Brasília — ele tem até o comprovante de passagem que o PTB mandou para o Deputado José Hertz trazer o dinheiro para Brasília. E, nesse nosso convívio diário, o Deputado Romeu Queiroz jamais também fez qualquer referência a esse dinheiro que ele fez ser portador através do Deputado José Hertz, encaminhando o dinheiro que apanhou em Belo Horizonte para o PTB nacional. E depois disso, acho que nós tivemos aí vários depoimentos do Emerson Palmieri, do Deputado Roberto Jefferson, uma hora dizendo que o dinheiro estava no cofre, outra hora dizendo que o dinheiro foi distribuído, outra hora dizendo que estava no armário. Afinal de contas, aqueles 4 milhões, nós do PTB nem sabíamos do dinheiro, nem sabíamos se era 4 ou 5 ou quantos milhões forem, nem sabemos também para onde esse dinheiro foi carreado.

Então, o meu testemunho aqui é para dizer que o Romeu construiu a sua vida com o seu trabalho, tanto a sua vida financeira como a sua vida política. Sou testemunha, assim como o Deputado Cleuber, que ele jamais procurou se locupletar de qualquer coisa que não fosse da forma legal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Com a palavra a Deputada Angela Guadagnin.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Sr. Presidente, Sr. Deputado, quando o senhor se referiu a que o repasse foi feito para todos aqueles Municípios, e que esses candidatos, ou a Vereador ou a Prefeito, é que deveriam fazer a prestação de contas, de forma correta, na prestação de contas deveria constar doação do diretório estadual. Não é correto? Se eles fizeram a prestação de contas, deveria constar a doação desse recurso de diretório estadual.

O SR. DEPUTADO ROMEU QUEIROZ - Na realidade, esses recursos não deram entrada no diretório regional. O entendimento é que seria uma transferência direta da empresa para as campanhas municipais.



A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Mas esses Municípios, então, deveriam ter colocado, já que não passou pela contabilidade do partido...

O SR. DEPUTADO ROMEU QUEIROZ - É, se ele estivesse acima dos limites. Existem limites que são desobrigados da comprovação. Se é acima dos limites, é evidente que eles teriam de buscar o acerto para a prestação de contas.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Está certo. Era a pergunta que ia fazer, se passou pela contabilidade do partido.

O SR. DEPUTADO ROMEU QUEIROZ - Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Então, para as considerações finais, o nobre Relator, Deputado Josias Quintal.

O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL - Sr. Presidente, para fechar a parte que me interessa, vou fazer uma pergunta de pronta resposta ao Deputado Romeu Queiroz.

Deputado Romeu Queiroz, quem era o responsável pelo comitê financeiro da regional na prestação de contas dos gastos feitos por ocasião daquelas captações? Quem era o responsável pelo comitê financeiro?

O SR. DEPUTADO ROMEU QUEIROZ - Eu assumi a presidência do partido no início de 2003. Logo a seguir, no mês de março, numa reunião do diretório regional, nós fizemos a nomeação do coordenador regional, uma vez que minha permanência em Belo Horizonte é muito curta, quase que na segunda-feira. E, assim, foi nomeado para coordenar o partido, administrativa e financeiramente, o Sr. José S. Cardoso. Lembrando, Sr. Relator, que lá nós temos um escritório privado, particular, fora do partido, que cuida da parte contábil, da documentação, essa coisa toda.

O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL - Na condição ainda de presidente regional, V.Exa. tem condição de enviar a este Conselho, até segunda-feira, cópia do balancete, do relatório, da prestação de contas efetuada?

O SR. DEPUTADO ROMEU QUEIROZ - Posso, inclusive, informar a V.Exa. e a todos os presentes que nós já tivemos, inclusive, a prestação de contas do ano de 2004 aprovada no TRE. Então, posso, sim, até segunda-feira, apresentar a prestação de contas do partido.



O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL - E, do mesmo modo, se V.Exa. se compromete a apresentar também ao Conselho, até segunda-feira, uma relação nominal das pessoas que receberam essas doações e os cargos a que eles se candidataram.

O SR. DEPUTADO ROMEU QUEIROZ - Sim, posso apresentar até segunda-feira, e poderia ser até no dia de hoje ou amanhã, lembrando que na maioria dos casos são candidatos, mas em outros casos são coordenadores financeiros de campanha. Nem sempre é o candidato. Mas posso apresentar não só os nomes — a documentação eu já apresentei a V.Exa. —, mas até endereço, telefone, outras informações, se necessário.

O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL - Digo a V.Exa. que é fundamental a entrega dessa relação com os nomes. No caso em que o preposto tenha recebido, dizer a quem foi endereçado, quem seria o destinatário daquele recurso, para que possamos fazer uma consulta ao Tribunal Eleitoral sobre a declaração ou não desses recebimentos por essas pessoas.

O SR. DEPUTADO ROMEU QUEIROZ - Evidente, até porque nos TEDs, que tenho o original aqui, TEDs, DOCs, já consta o nome da pessoa que recebeu o crédito. Então, essa pessoa não vai poder dizer que não recebeu, porque há uma comprovação. Apenas vamos ter o cuidado de, em alguns casos, ter que fazer contato, porque nem sempre nós sabemos o que essa pessoa foi na campanha.

O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL - Só esclarecendo, há TEDs, transferências que não são referentes à pessoa que se candidatou, ao verdadeiro destinatário. Então, precisamos da explicação para que possamos fazer a devida consulta.

O SR. DEPUTADO ROMEU QUEIROZ - Perfeito. A documentação será entregue. Gostaria de pedir ao Sr. Presidente e ao Sr. Relator um prazo, não para esses casos — entregarei no tempo determinado —, mas para que eu pudesse fazer algumas considerações e também uma juntada de documentos, uma vez que a própria Mesa Diretora examina lá uma nova representação sobre o nosso caso que o objeto praticamente coincide com o daqui. Então, dependendo do parecer que for dado lá, tenho que apresentar algum documento a este Conselho. Então, só por isso



que eu pediria um prazo, se possível, para que eu fizesse essa juntada de documentos.

O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL - Só para finalizar, deixo claro que essa solicitação que faço a V.Exa. é porque temos um processo que está em andamento, um processo que foi de certo modo interrompido porquanto formulei uma consulta suscitando uma dúvida e perdemos algum prazo por conta disso. O nosso relatório deve ser feito dentro do prazo, e essas informações vão enriquecer o nosso relatório, que pode ser feito também sem elas. Mas como V.Exa. tem demonstrado muito boa vontade para colaborar, creio que V.Exa. poderá nos fornecer essa informação em tempo hábil para ilustrar esse relatório. Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Sr. Presidente, uma questão de ordem. Apenas para saber se V.Exa. já entrou em contato com a Presidência da Casa, sei que sim, mais especificamente no caso dos Deputados Romeu Queiroz, José Dirceu e Sandro Mabel. Os fatos são idênticos, ou seja, existe uma representação lá sobre fatos que são os mesmos que representados aqui já foram. Portanto, não teria o menor sentido dar prosseguimento lá a algo que está sendo julgado aqui e pelo mesmo fato. Então, talvez, uma manifestação de V.Exa. nesse sentido, porque não se trata... Bom, 3 casos já foram afastados para que o Conselho não deliberasse. Não é isso. O Conselho já está deliberando sobre os mesmos fatos. Apenas essa questão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Exatamente. Eu soube que a Mesa vai nos enviar toda a documentação necessária, independentemente dos 13 outros casos. Então, continua o nosso trabalho, está fora. Temos nossos prazos e vamos terminar todos dentro do prazo.

Concedo a palavra ao Deputado Romeu Queiroz para suas considerações finais.

O SR. DEPUTADO ROMEU QUEIROZ - Apenas gostaria de saber se o senhor vai atender a nossa solicitação de dar esse prazo para a juntada da documentação, até porque esse meu pedido vem de encontro à solicitação feita pelo Deputado Carlos Sampaio. Se eu puder receber a documentação antes, eu poderia até fazer o comentário antecipado; não recebendo, teria de aguardar na terça-feira, porque vi pela imprensa que a Mesa se reúne na terça para discutir esse assunto.



No mais, Sr. Presidente, agradecer a V.Exa., ao Sr. Relator, a todos os Conselheiros, e dizer que vou continuar à disposição de cada um até o final dessa história, prestando esclarecimento, trazendo as informações, entregando em tempo hábil ao Sr. Relator todos os documentos e indo a cada gabinete, se for o caso, até para esclarecer mais de perto cada assunto desses. Muito obrigado a todos vocês.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Srs. Deputados, antes de encerrar, convoco V.Exas. para terça-feira, 11 de outubro, às 10h, para a acareação entre os Deputados Sandro Mabel e Raquel Teixeira. Segunda-feira, à tarde, às 17h, vamos fazer uma reunião administrativa. Segunda, às 17h, administrativa, e terça, acareação dos Deputados.

Pois não, Deputado.

O SR. DEPUTADO BENEDITO DE LIRA - Sr. Presidente, eu quero comunicar a V.Exa., por antecipação, que eu deverei chegar às 18h. É o meu vôo. Infelizmente, eu fico na dependência da TAM ou Gol.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Mas o importante para V.Exa. é na terça-feira.

Está encerrada a sessão.